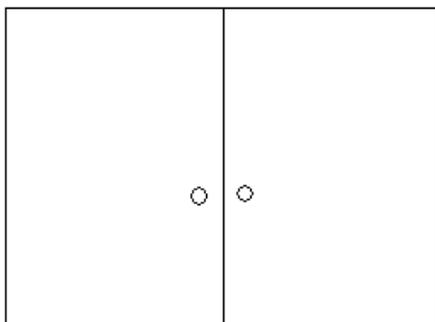




**RELATÓRIO DO ESTADO DE
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
MUNICÍPIO DE BELMONTE**

JANEIRO DE 2019



DOCUMENTO PREPARADO PARA IMPRESSÃO FRENTE E VERSO

Histórico do documento:

VERSÃO	DESCRIÇÃO	DATA
0	Versão inicial	Janeiro 2019

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	5
2. ENQUADRAMENTO	5
3. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL	8
3.1. <i>População e habitação</i>	8
3.2. <i>Atividades económicas e emprego</i>	14
3.3. <i>Coesão Social e Qualidade de Vida</i>	17
3.4. <i>Ocupação urbana</i>	18
3.5. <i>Caraterização biofísica</i>	20
3.6. <i>Rede de equipamentos</i>	22
3.7. <i>Infraestruturas</i>	23
3.8. <i>Estrutura fundiária</i>	26
4. GESTÃO TERRITORIAL – SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA MUNICIPAL	26
4.1. <i>PDM de Belmonte</i>	27
4.1.1. <i>Histórico</i>	27
4.1.2. <i>Composição e objetivos do plano</i>	28
4.1.3. <i>Classificação do solo</i>	28
4.1.4. <i>Condicionantes</i>	29
4.1.5. <i>Execução do plano</i>	30
4.1.5.1. <i>Sistema urbano</i>	30
4.1.5.1.1. <i>Rede urbana</i>	30
4.1.5.1.2. <i>Património</i>	32
4.1.5.1.3. <i>Equipamentos de utilização coletiva</i>	33
4.1.5.2. <i>Sistema biofísico</i>	35
4.1.5.3. <i>Infraestruturas</i>	36
4.1.5.3.1. <i>Infraestruturas viárias e de transportes</i>	36
4.1.5.3.2. <i>Infraestruturas de saneamento básico</i>	37
4.1.5.3.3. <i>Infraestruturas de energia e telecomunicações</i>	38
4.1.5.4. <i>Conclusão</i>	39
4.2. <i>Áreas de reabilitação urbana</i>	39
4.3. <i>Programas na área habitacional</i>	39
4.4. <i>Plano municipal de emergência</i>	40
4.5. <i>Plano municipal da defesa das florestas</i>	40

4.6.	<i>Carta educativa</i>	40
4.7.	<i>Mapa de ruído</i>	41
5.	RISCO- IDENTIFICAÇÃO E PREVENÇÃO	42
6.	A ARTICULAÇÃO DO PDM E OUTROS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL	45
6.1.	<i>Quadro de Referência Estratégico</i>	45
6.2.	<i>Proposta Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C)</i>	47
6.3.	<i>Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira interior Norte</i>	50

Siglas utilizadas:

PDM - Plano Diretor Municipal;

CMB - Câmara Municipal de Belmonte;

PMOT - Plano Municipal de Ordenamento do Território;

RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial;

REN - Reserva Ecológica Nacional;

RAN - Reserva Agrícola Nacional;

PRN2000 - Plano Rodoviário Nacional 2000;

PNPOT- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;

PROT-C- Plano Regional de Ordenamento Territorial do Centro;

ENDS- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável;

PDR- Plano de Desenvolvimento Rural;

PENT- Plano Estratégico Nacional de Turismo;

ENF- Estratégia Nacional das Florestas.

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) do Município de Belmonte (adiante designado de Município), e assume como principal desígnio promover o processo de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM).

Desde que o PDM vigente (adiante também designado por PDM96) entrou em eficácia já se passaram 22 anos. Sendo necessário verificar o nível de exequibilidade das ações previstas de forma a poder equacionar esse fator na revisão do PDM. Para tal, recorreu-se à informação existente nos documentos do Plano vigente sobre as ações previstas e objetivos concretos propostos no âmbito do referido Plano e à informação atualizada, fornecida pela Câmara Municipal de Belmonte e outras entidades envolvidas no território municipal.

Importa salientar, que esta análise incide nas ações previstas no PDM vigente existindo, no entanto, outras ações ou propostas desenvolvidas (em matéria do ordenamento do território) entretanto que se concretizaram, mas que não estavam previstas no referido instrumento e cujo impacto no concelho é também relevante. No entanto, aqui será enfatizada a situação proposta pelo PDM96 versus a situação atual no concelho. A esta relação denomina-se níveis de execução. Nos restantes documentos da presente fase de caracterização e diagnóstico da revisão do PDM, encontra-se a totalidade da informação disposta de forma mais desenvolvida (quer a comparativa PDM96 versus atualidade, outras ações não previstas no PDM96, etc.).

2. ENQUADRAMENTO

O concelho de Belmonte insere-se na Região Centro, localizando-se no extremo Norte do distrito de Castelo Branco, na Sub-Região Beiras e Serra da Estrela, segundo classificação das NUTS III (antiga sub-região Cova da Beira) Adjacente à Serra da Estrela, é limitado a Nordeste pelo rio Zêzere. Tem como concelhos limítrofes: Sabugal (a Este), Fundão (a Sul), Covilhã (a Oeste) e Guarda (a Norte).

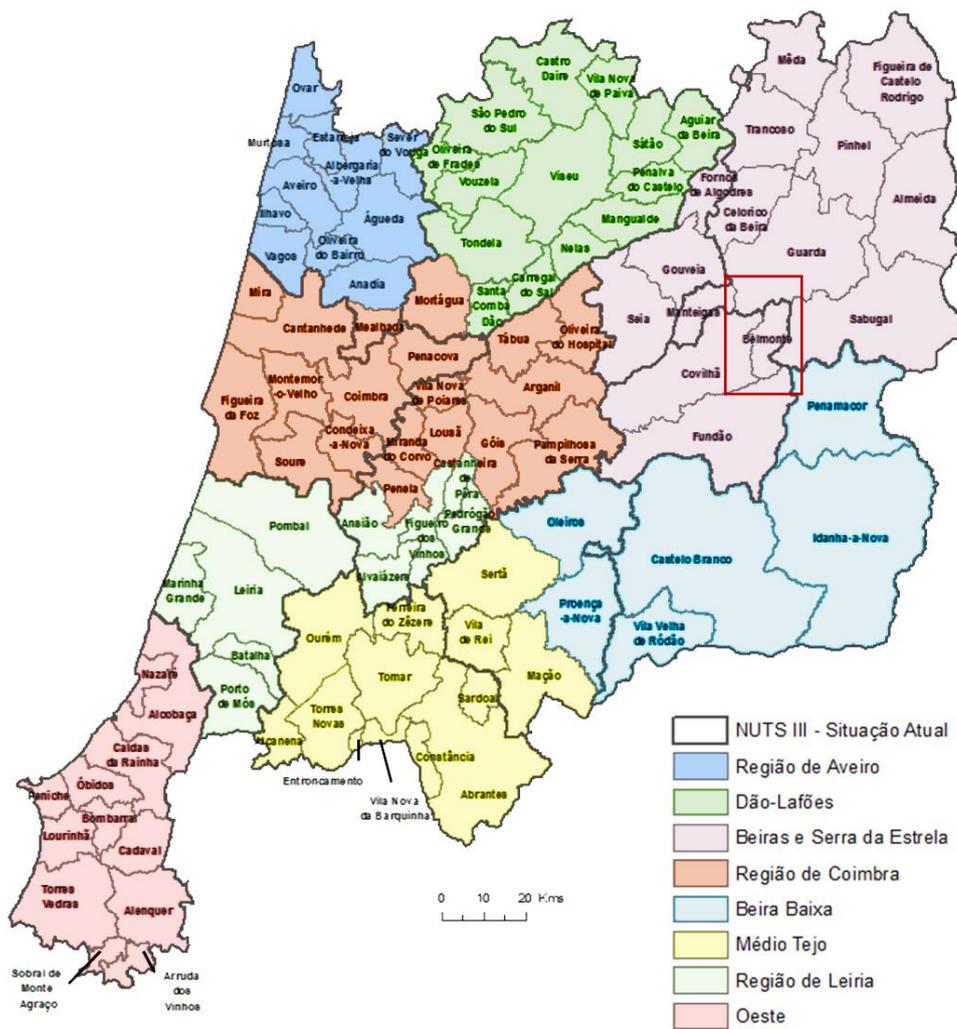


Figura 1| Localização do concelho de Belmonte (Fonte: CCDRC, editada por Proengrel, 2014).

O concelho tem uma área aproximada de 119Km² e dividia-se administrativamente (até setembro 2013) nas seguintes freguesias: Belmonte, Caria, Inguiaes, Colmeal da Torre e Maçainhas. Recentemente ocorreu a Reforma da Divisão Administrativa do País, tendo entrado em vigor a 29 de setembro de 2013, passando o concelho a ter 4 freguesias: União das freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, Maçainhas, Caria, Inguiaes. Uma vez que os trabalhos de PDM estavam já avançados, optou-se por manter referências às freguesias antigas para melhor enquadramento das propostas apresentadas e paralelismos com os dados existentes. No entanto as propostas desenvolvidas consideram já nova divisão administrativa.

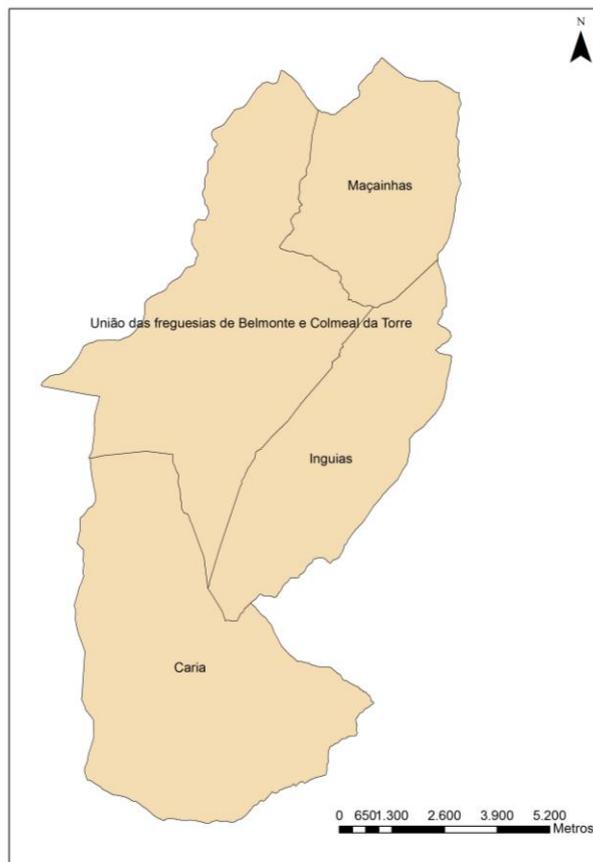


Figura 2| As freguesias do concelho de Belmonte, resultantes da reforma administrativa- CAOP2016 (Fonte: DGT, 2016).

O concelho de Belmonte localiza-se numa depressão tectónica encaixada entre as Serras da Estrela, Gardunha e Malcata. Nesta zona aplanada, situada entre os 400 e os 500m, as cotas decrescem suavemente para SW. No interior da zona aplanada destacam-se uma série de relevos descontínuos, tais como a Serra da Esperança (724m) entre outras pequenas colinas e o Rio Zêzere que a atravessa longitudinalmente.

Belmonte enquadra-se numa região cujas potencialidades se relacionam sobretudo com os seus recursos naturais e com a sua história. No entanto, através das novas estratégias e programas nacionais e regionais, um novo ciclo se inicia, tornando mais abrangente esta facticidade e alargando/diversificando ainda mais os seus horizontes, inovando na forma como se encaram e nas perspetivas em que são aprofundados.

Desde a elaboração do PDM vigente, muito se desenvolveram os conceitos, conhecimentos e experiências do ordenamento do território. Novas noções e prioridades passaram a constar da legislação portuguesa e europeia, assim como novas preocupações. O resultado dos denominados PDM's de primeira geração é visível/percetível, suscitando vontade de mudança na forma como se encaram os Planos.

O desenvolvimento de uma estratégia integrada na Comunidade Urbana das Beiras proporcionará um novo fôlego, passando pelo reforço dos principais objetivos e estratégias a implementar na região, tendo, portanto, um papel fundamental no suporte e apoio das decisões do próprio município.

3. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL

3.1. POPULAÇÃO E HABITAÇÃO ¹

Portugal apresenta mutações demográficas de ampla escala e com importantes repercussões ao nível social, económico e cultural. A evolução demográfica em Portugal nos últimos anos caracterizou-se por um gradual aumento do peso dos grupos etários mais séniores e uma redução do peso da população jovem. As projeções oficiais disponíveis indicam uma dinâmica populacional sem precedentes na história portuguesa, com um crescente peso das populações com idade superior a 65 anos e uma redução secular do peso da população ativa.

O efeito combinado da diminuição das taxas de mortalidade e de natalidade ao longo das últimas décadas tem vindo a alterar o perfil demográfico da população portuguesa, cujo traço mais marcante é o progressivo envelhecimento. Transitou-se de um modelo demográfico caracterizado por altos níveis de fecundidade e mortalidade, para um modelo de níveis baixos dos mesmos a que se acrescenta um aumento generalizado da esperança média de vida. Neste processo, observa-se um estreitamento relativo da base da pirâmide etária e a um alargamento do topo, ou seja, menor peso de efetivos populacionais jovens e aumento relativo de efetivos populacionais idosos.

Quadro 1| População residente censitária versus residente

	População residente censitária				População residente estimada	
	População -Total		Taxa de variação		Total	Taxa de variação
	2011 N.º	2001 N.º	2011 %	2001 %	2012 N.º	2012 %
Beira Interior Norte	104.417	115.325	-9,5	-2,6	101.577	-1,60
Guarda	42.541	43.822	-2,9	13,8	41.549	-1,38
Sabugal	12.544	14.871	-15,7	-12,1	12.146	-1,67
Cova da Beira	87.869	93.579	-6,1	0,5	85.769	-1,36
Belmonte	6.859	7.592	-9,7	2,4	6.723	-1,26
Covilhã	51.797	54.505	-5,0	0,9	50.486	-1,40
Fundão	29.213	31.482	-7,2	-0,6	28.560	-1,32

¹ Extrato do Plano Estratégico de Belmonte

Quadro 2| Variação comparativa populacional entre os censos 2011 e 2012

	Densidade populacional		Taxa de crescimento natural da população		Proporção de população jovem		Índice de envelhecimento		Índice de dependência		Tx bruta de natalidade		Tx bruta de mortalidade	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
	N.º/km ²	N.º/km	%	%	%	%	N.º	N.º	N.º	N.º	‰	‰	‰	‰
Beira Interior Norte	25,0	25,4	-1,04	-0,84	11,2	11,4	248,9	243,3	64,1	64,4	5,8	6,3	16,2	14,7
Guarda	58,3	59,2	-0,53	-0,24	13,2	13,5	156,3	151,8	51,4	51,7	7,2	7,7	12,5	10,1
Sabugal	14,8	15,0	-1,76	-1,97	7,7	7,7	509,4	511,4	89,2	90,0	5,1	3,9	22,8	23,7
Cova da Beira	62,4	63,3	-0,75	-0,60	12,0	12,1	207,8	204,5	58,7	58,5	6,1	6,9	13,6	12,9
Belmonte	56,6	57,3	-0,99	-0,69	11,5	11,7	218,6	216,1	57,4	58,7	6,4	6,7	16,3	13,6
Covilhã	90,9	92,1	-0,61	-0,52	12,2	12,2	196,4	192,7	56,4	55,5	6,4	6,8	12,5	12,0
Fundão	40,8	41,3	-0,93	-0,71	11,9	12,1	225,9	222,9	63,5	64,2	5,6	7,1	14,9	14,3

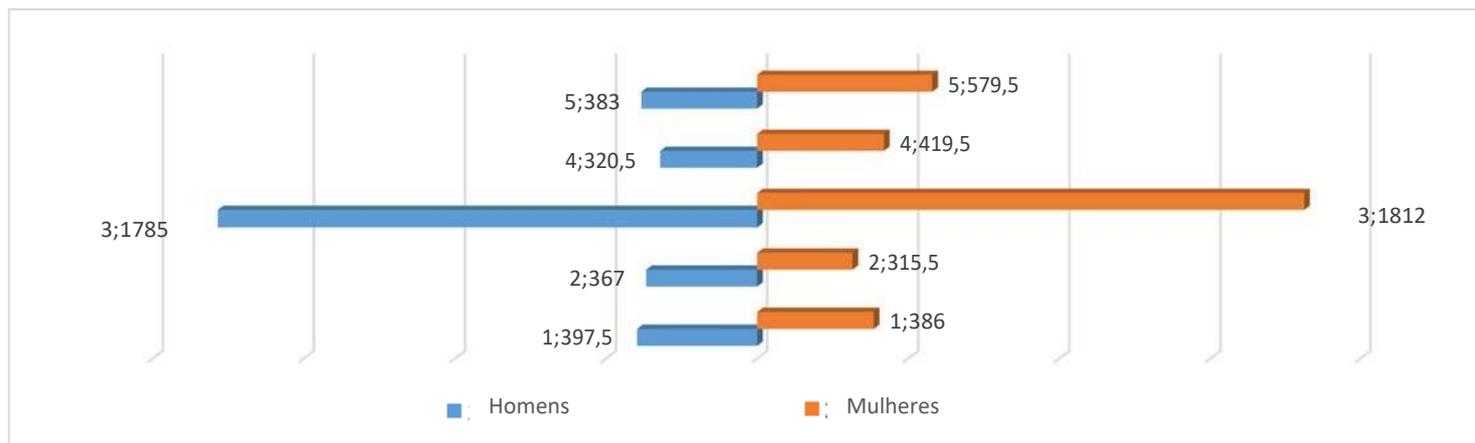
O cenário nacional replica-se também ao nível regional. Nos territórios do interior, esta tendência tem-se revelado mais expressivo. Especificando o concelho de Belmonte e concelhos vizinhos, e pela análise dos quadros infra, constata-se que Belmonte foi o concelho da Cova da Beira que mais população perdeu entre os censos de 2001 e 2011, com uma variação na ordem dos 10 p.p., apresentando, no entanto, uma menor variação do que o concelho do Sabugal, com uma variação superior a 15%. A população residente estimada para 2012, ficou-se pelos 6.723, com uma variação comparativamente a 2011 de -1,26 p.p., sendo o território com menor variação registada. Estes valores estão em consonância com a taxa de crescimento natural da população registada nos últimos anos (2011 e 2012), que revela um decréscimo acentuado de ano para ano, com destaque para os concelhos de Sabugal e Belmonte, onde as taxas de decréscimo foram de 1,76% e 0,99%, respetivamente. Este decréscimo da população resulta de taxas de natalidade e de mortalidade cada vez menores, dando origem a um saldo negativo. Ainda assim, ao nível da taxa de natalidade, em 2012 Belmonte igualou o concelho da Covilhã, registando valores inferiores aos apresentados apenas pelo concelho da Guarda. Quanto à taxa de mortalidade, o concelho de Belmonte é o segundo território com a maior taxa registada para 2012, sendo apenas ultrapassado pelo concelho do Sabugal, com uma taxa de 22,8‰.

Relativamente à densidade populacional, em 2012 Belmonte apresentou 56,6 pessoas por Km², registando um valor inferior à densidade populacional da Covilhã, e à média registada na NUT III Cova da Beira. No contexto dos concelhos vizinhos, apenas Fundão e Sabugal apresentam uma densidade populacional inferior à registada por Belmonte.

Ao nível da estrutura populacional, verifica-se que a população jovem (com idade inferior a 14 anos) do concelho de Belmonte é cada vez menos representativa na população residente. Saliente-se, no entanto, que em 2012, foi o concelho do Sabugal que apresentou menor proporção de população jovem.

Analisando o índice de envelhecimento nos anos de 2001 e 2012, verifica-se que este tem vindo a aumentar em todos os territórios, com a exceção do concelho do Sabugal que registou uma ligeira diminuição. Ainda assim, o índice de envelhecimento registado no ano de 2012 pelo concelho de Belmonte é inferior aos índices registados pelos concelhos do Fundão e do Sabugal.

Gráfico 1| Pirâmide etária, 2012 (Nº)



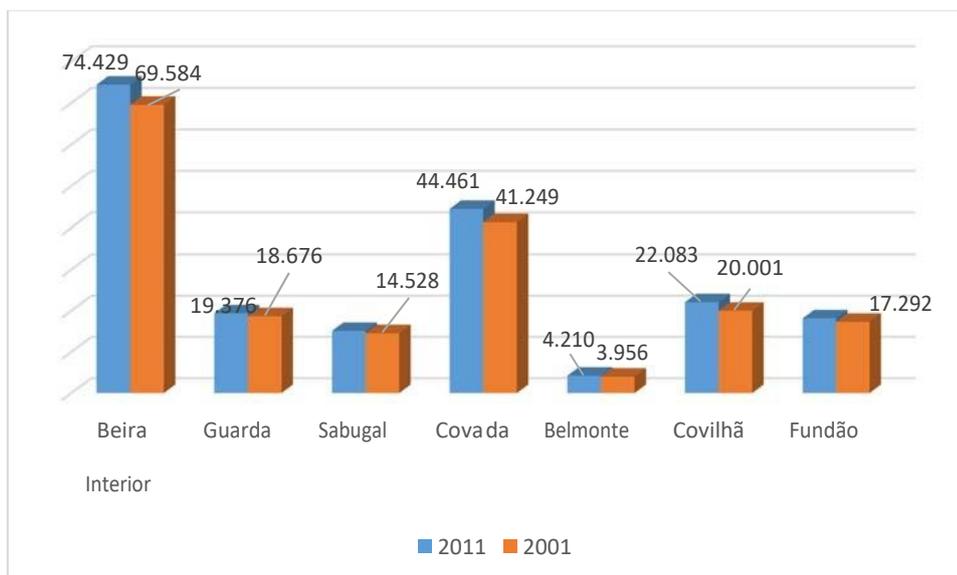
Analisando a pirâmide etária do concelho para o ano de 2012, verifica-se que é o escalão etário 25-64 anos que acolhe maior número de indivíduos, dando-se destaque ao sexo feminino. Tal como se tem verificado a nível nacional, também o concelho de Belmonte tem apresentado de ano para ano uma maior proporção de população com idade igual ou superior a 65 anos, em relação à população mais jovem, com idade igual ou inferior a 24 anos. Estes resultados permitem concluir que há cada vez um envelhecimento mais evidente da população, com maior destaque para as populações do interior e rurais.

A dinâmica demográfica do concelho de Belmonte analisada anteriormente revela uma fraca capacidade de fixação de residentes, decorrente da baixa do crescimento natural com quebra acentuada na natalidade, mas também dos movimentos migratórios (para outras regiões ou para fora do país). Cumulativamente, o envelhecimento populacional bastante expressivo compõe um cenário bastante preocupante para os próximos anos.

Relativamente à habitação, este é um elemento essencial da ocupação do território e do desenvolvimento dos aglomerados populacionais, assumindo um papel central na definição e na implementação de políticas sociais e marcando profundamente a qualidade de vida dos cidadãos. O crescimento do parque habitacional entre 2001 e 2011 sofreu uma ligeira desaceleração em relação à década anterior. No entanto, em termos absolutos, foi superior ao crescimento verificado nas décadas de 1970-1981 e 1981-1914, superando em todos os casos o crescimento do número de famílias clássicas.

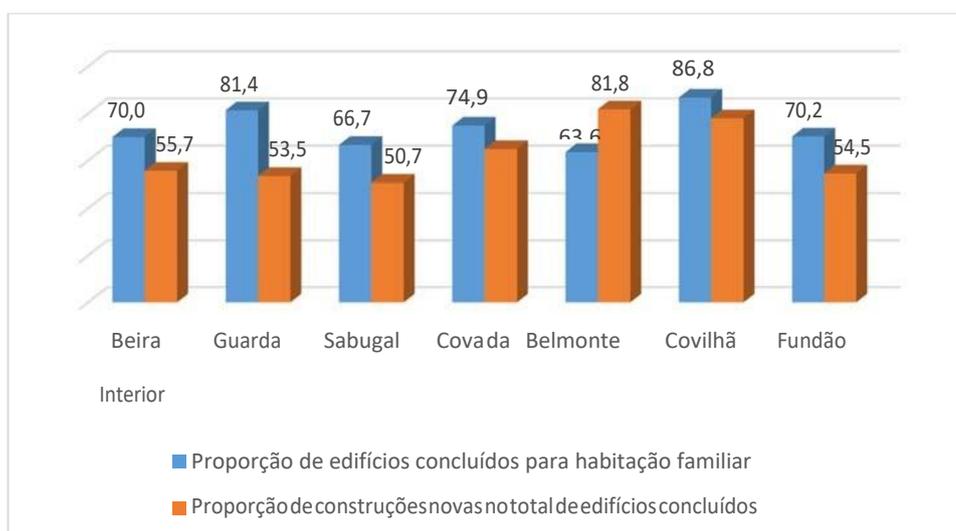
Segundo as previsões do Euroconstruct, as perspetivas de evolução do sector da construção nacional até 2015 continuam a ser de diminuição na construção de edifícios, em especial nos edifícios de habitação.

Gráfico 2| Edifícios, 2001 e 2011 (Nº)



Na mesma linha de análise, registou-se no concelho de Belmonte um crescimento positivo entre 2001 e 2011 do parque habitacional, tal como em todos os concelhos vizinhos. O concelho de Belmonte foi o segundo concelho com maior taxa de variação, na ordem dos 6,4 p.p., sendo superior apenas no concelho a Covilhã (10,4 p.p.). A dinâmica registada no edificado, não foi, contudo, concordante com a dinâmica registada nas famílias ou na população residente, uma vez que a população residente registou diminuições nos anos referidos.

Gráfico 3| Proporção de edifícios concluídos para habitação familiar/Proporção de construções novas no total de edifícios concluídos, 2012 (%)



O gráfico supra, indica que ano de 2012, apenas 63,6% dos edifícios intervencionados e concluídos no concelho de Belmonte tinham como principal objetivo, a habitação familiar. Esta média é a mais baixa dos territórios em análise.

Nos últimos anos o sector da construção em Portugal tem estado vocacionado maioritariamente para a realização de obras de construção nova. Dos edifícios intervencionados e concluídos no concelho de Belmonte, mais de 80% correspondem a novas construções, superando as proporções apresentadas nos restantes concelhos vizinhos.

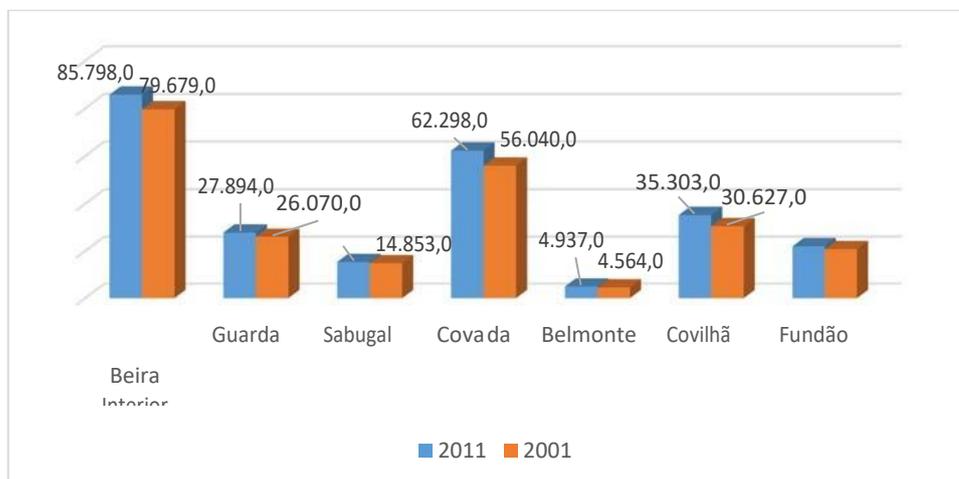
Quadro 3| Estado do edificado

	Índice de envelhecimento dos edifícios	Proporção de edifícios muito degradados	Proporção de edifícios com necessidades de reparação	Proporção de edifícios com recolha de resíduos urbanos
	2011 %	2011 %	2011 %	2011 %
Beira Interior Norte	207,9	1,3	27,6	92,0
Guarda	177,5	1,6	28,4	92,4
Sabugal	205,7	0,4	23,2	92,4
Cova da Beira	208,9	1,7	27,8	89,8
Belmonte	145,0	1,1	24,5	81,3
Covilhã	255,0	2,4	30,9	91,1
Fundão	175,3	1,0	24,8	90,1

Em 2011, o índice de envelhecimento dos edifícios revelou-se bastante acentuado em todo o território em análise. No entanto, o concelho de Belmonte apresentou o menor valor, ficando abaixo das médias das NUTS III Cova da Beira e Beira Interior Norte. Quanto aos edifícios muito degradados, Belmonte apresentou uma proporção inferior às médias das NUTS III, no entanto os seus valores foram superiores aos registados pelos concelhos do Sabugal e do Fundão. Belmonte foi também o concelho que registou uma proporção de edifícios a necessitar de reparação mais baixa, apenas superada pelo concelho do Sabugal.

É importante também referir que em 2011, a maioria dos edifícios apresentava recolha de resíduos urbanos. No entanto, o concelho de Belmonte foi o que apresentou menor proporção, situando-se nos 81,3%.

Gráfico 4| Alojamentos, 2001 e 2011 (Nº)



Quadro 4| Caracterização dos alojamentos

	Taxa de variação dos alojamentos	Alojamentos por edifício	Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos	Renda média mensal
	2001-2011	2011	2011	2011
	%	Nº	%	€
Beira Interior Norte	7,7	1,2	12,8	198,4
Guarda	7,0	1,4	11,7	226,5
Sabugal	3,5	1,0	7,8	183,8
Cova da Beira	11,2	1,4	15,0	159,1
Belmonte	8,2	1,2	13,7	163,5
Covilhã	15,3	1,6	14,8	148,5
Fundão	5,8	1,2	15,7	192,0

Relativamente a alojamentos, e na mesma linha do edificado, também se verificou um aumento significativo entre os anos de 2001 e 2011, com destaque para os concelhos da Covilhã e Belmonte, com variações na ordem dos 15 p.p. e 8 p.p., respetivamente. Quanto a alojamentos por edifício, Belmonte registava em 2011 uma média de 1,2 alojamentos por edifício, igualando a média do Fundão e superando a média do Sabugal. Analisando os alojamentos familiares clássicos, verifica-se que Belmonte registou em 2011, a menor proporção comparativamente aos seus vizinhos da sub-região da Cova da Beira, ainda que esta proporção seja superior à dos concelhos vizinhos a norte. Do ponto de vista dos valores médios das rendas mensais, Belmonte é o segundo concelho da Cova da Beira com valores mais elevados, superando os valores médios do concelho da Covilhã. No entanto, no contexto dos vizinhos da NUT III Beira Interior Norte, a média do concelho de Belmonte revelou-se mais baixa.

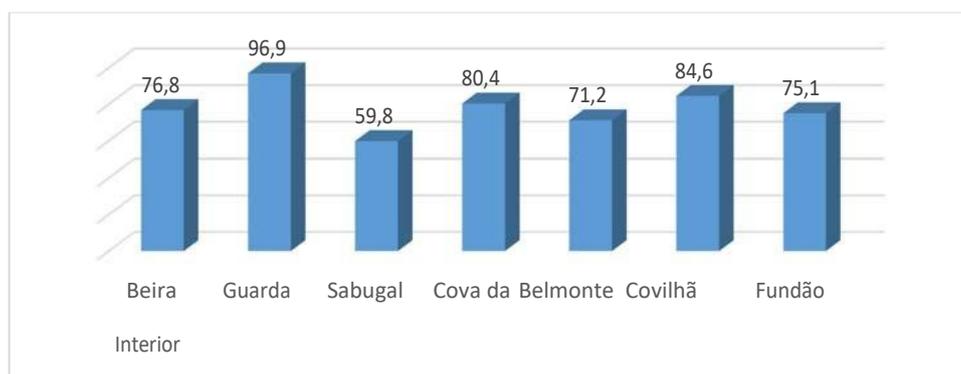
Contrariamente aos valores médios das rendas mensais, o valor dos prédios urbanos transacionados em 2012, posicionou o concelho de Belmonte no segundo valor mais baixo dos cinco concelhos em análise. Saliente-se que no território da Cova da Beira, Belmonte apresentou valores significativamente menores que os praticados pelo Fundão e principalmente pela Covilhã, onde o valor médio é praticamente o dobro do verificado em Belmonte. Este fator poderá ser diferenciador na fixação e captação de novos residentes, principalmente em relação aos restantes municípios do território da Cova da Beira.

Apesar do valor médio das rendas mensais poder constituir uma barreira à fixação de população residente, a opção de compra de habitação própria aliado às boas vias de comunicação entre os concelhos mais próximos, podem por exemplo levar à atração de pessoas que hoje habitam na Guarda. O concelho de Belmonte apresenta assim condições mais favoráveis, constituindo-se como uma alternativa viável na escolha do local de residência.

3.2. ATIVIDADES ECONÓMICAS E EMPREGO²

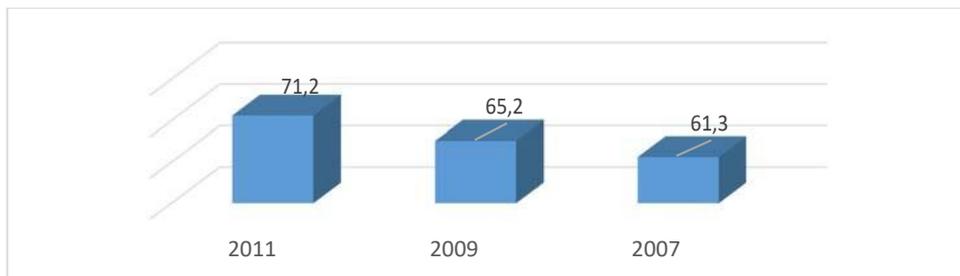
Belmonte é um concelho marcadamente rural, apresentando todos os traços socioeconómicos que usualmente caracterizam as economias rurais, nomeadamente população envelhecida e com baixos níveis de escolaridade, poder de compra *per capita* inferior às zonas urbanas e estrutura económica pouco especializada.

Gráfico 5| Poder de Compra *per capita*, 2011 (% do PIB nacional)



² Extrato do Plano Estratégico de Belmonte

Gráfico 6| Poder de compra *per capita* de Belmonte, 2007, 2009 e 2011 (% do PIB nacional)



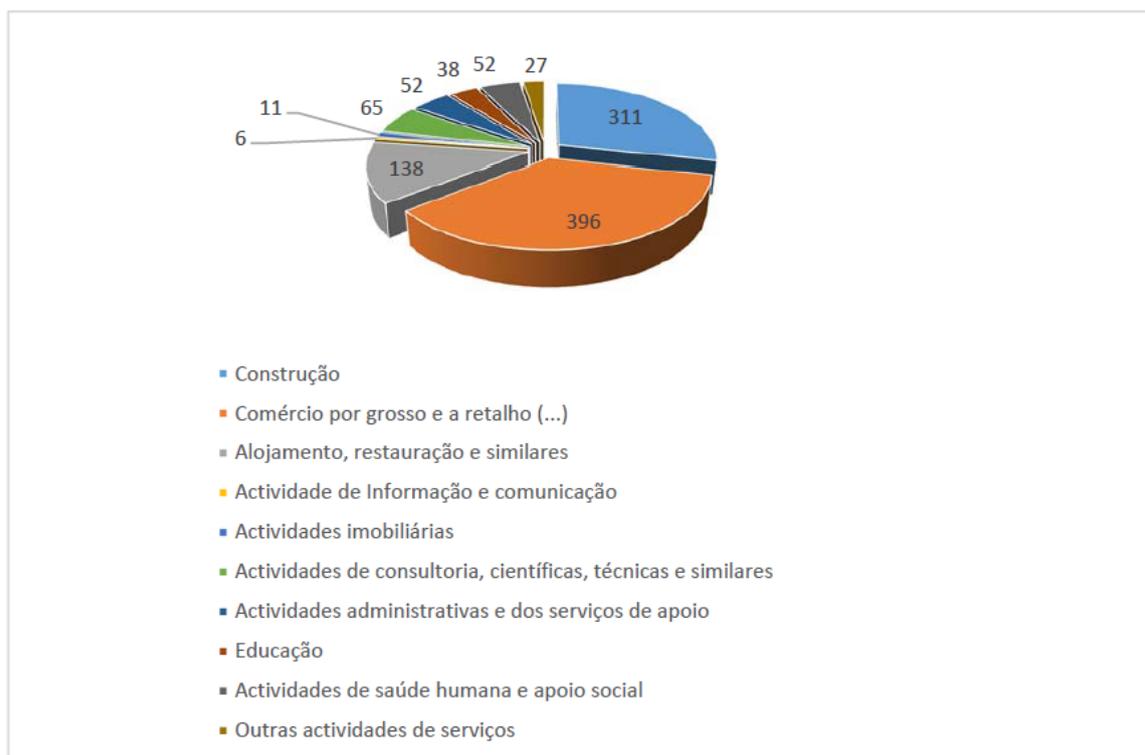
Os gráficos supra, revelam que em 2011 o concelho de Belmonte apresentava o menor poder de compra *per capita* comparativamente com a sub-região da Cova da Beira. Ainda assim, superou a média registada pelo concelho do Sabugal. A dinâmica recente permitiu melhorar este indicador ao longo dos anos, mas está ainda substancialmente distante do que tem acontecido nos restantes concelhos vizinhos, nomeadamente da Cova da Beira.

Gráfico 7| Estrutura Económica de Belmonte, 2011 (Nº)



Do ponto de vista da estrutura económica, em 2011, Belmonte apresentava como principais sectores de atividade o comércio, a construção, o alojamento e restauração, e a agricultura, representando estes sectores cerca de 60% das empresas sedeadas neste território. A indústria transformadora apenas representava 7% da estrutura empresarial do concelho.

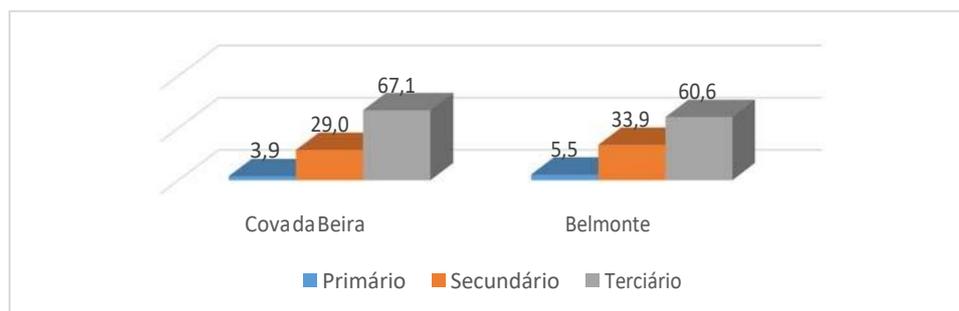
Gráfico 8| População empregada em Belmonte por tipologia de atividade, 2011 (Nº)



Os sectores de atividade mais representativos da estrutura económica do concelho são também os maiores empregadores, tal como demonstra o gráfico supra. Em 2011, o comércio absorveu 20% da população empregada, seguido da construção com 16%, e da atividade de alojamento, restauração e similares com 7%.

É ainda importante referir que, apesar de o concelho de Belmonte ser um território rural, onde em regra a agricultura ocupa lugar de destaque ao nível económico, esta atividade assume uma vertente ocupacional e de subsistência com impacto residual na atividade económica e no emprego, e está associada à atividade dos mais velhos.

Gráfico 9| População empregada por sector, 2011 (%)



Na mesma linha de análise, constata-se no gráfico supra que em 2011 o sector terciário foi o mais relevante, absorvendo mais de 60% da população empregada no concelho de Belmonte. Este é também o sector mais significativo em todo o território da Cova da Beira. Saliente-se ainda o facto do sector secundário representar apenas 7% das empresas sedeadas em Belmonte, mas ainda assim representar cerca de 33% da população empregada. Por outro lado, o sector primário, onde se inclui a agricultura, apenas absorveu 5,5% da população empregada. Este valor está associado a uma agricultura ocupacional e de subsistência com impacto residual na atividade económica e no emprego, sendo uma atividade assumida pelos mais velhos.

3.3. COESÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA³

O posicionamento do concelho de Belmonte no conjunto das NUT III Cova da Beira e Beira Interior Norte traduz-se também na tipologia de principais problemas de ordem social que aqui encontramos.

A população envelhecida e maioritariamente desqualificada dispõe de poucos recursos para fazer face às suas vulnerabilidades.

O índice de envelhecimento e a taxa de natalidade apresentados anteriormente, revelam que o concelho apresenta um acelerado envelhecimento populacional com consequências diretas no número de pensionistas residentes. Os pensionistas registados na Segurança Social em 2012, mais de 60% recebiam pensão por velhice. Sendo uma população idosa naturalmente mais necessitada de cuidados médicos, importa também conhecer a realidade territorial ao nível do acesso a este tipo de cuidados.

O concelho de Belmonte apresenta como hospital de referência o Hospital Pêro da Covilhã (Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE) e o Centro de Saúde de Belmonte, com extensões de saúde em Caria, Monte do Bispo, Carvalhal Formoso, Inguias, Colmeal da Torre, Maçainhas e Gaia. Ainda assim, o concelho de Belmonte é o

³ Extrato do Plano Estratégico de Belmonte

concelho da Cova da Beira com menos médicos por habitante, ocupando a segunda posição quando comparado com os concelhos vizinhos. Relativamente ao acesso a farmácias e postos farmacêuticos, os concelhos considerados apresentam valores similares salientando-se apenas o concelho do Sabugal com uma relação de 0,7 estabelecimentos por 1000 habitantes.

Relativamente à rede social, e de acordo com a Carta Social, o concelho de Belmonte disponibiliza duas Creches com valência também de Centro de Atividade de Tempos Livres nas freguesias de Belmonte e Caria; um Centro de Convívio para Idosos na freguesia de Belmonte, quatro Centros de Dia com serviço de apoio domiciliário nas freguesias de Belmonte, Caria, Colmeal e Maçainhas; e dois Lares de Idosos sedeados nas freguesias de Belmonte e Caria.

A rede de creches do concelho de Belmonte em 2012 apenas cobria 74% do território, ainda que a sua taxa de ocupação ficasse abaixo dos 70%. Conclui-se assim, que apesar da capacidade instalada ser reduzida, é excedentária em relação às suas necessidades. O mesmo cenário está também presente nos equipamentos sociais de apoio à pessoa idosa disponíveis no concelho, verificando-se uma reduzida taxa de cobertura territorial, mas que ainda assim apresenta taxas de utilização na ordem dos 77%. Este paradigma replica-se nos restantes concelhos da Cova da Beira e nos vizinhos na Beira Interior Norte (Guarda e Sabugal).

Na análise da qualidade de vida, apresentam-se os dados relativos à população servida por estações de tratamento de águas residuais, à proporção de água para consumo humano e também à proporção de resíduos urbanos recolhidos de forma seletiva.

Ao nível do tratamento de águas residuais, no ano de 2009, apenas 59% da população de Belmonte era servida por estações de tratamento. Quanto ao consumo de água, 98,4% é considerada segura para consumo humano. A recolha seletiva de resíduos urbanos apenas representou 11% da totalidade de resíduos urbanos recolhidos, denotando ainda alguma falta de consciencialização em relação à separação de lixo e reciclagem de materiais.

3.4. OCUPAÇÃO URBANA

Os aglomerados distribuem-se pelo concelho relacionando-se ora com elevações topográficas (como Belmonte), ora com ribeiras com expressão, como aliás é frequente na relação do construído com o meio ambiente. O concelho caracteriza-se por uma rede urbana estruturada por dois centros com maior expressão: Belmonte e Caria. Os restantes aglomerados têm maior expressão na zona Oeste do Concelho.

Os estudos de base identificaram também uma significativa expressão das construções dispersas, localizadas por todo o concelho, embora com maior ênfase na zona central do concelho, entre Belmonte e Belmonte Gare. A análise da evolução urbana desde 1960 até 2016 permite compreender o significado e tendências que ocorrem no concelho. A análise das figuras seguintes permite a perceção concreta da dinâmica urbana

presente neste concelho. É evidente crescimento do parque edificado que, em alguns casos parece mesmo duplicar de extensão.

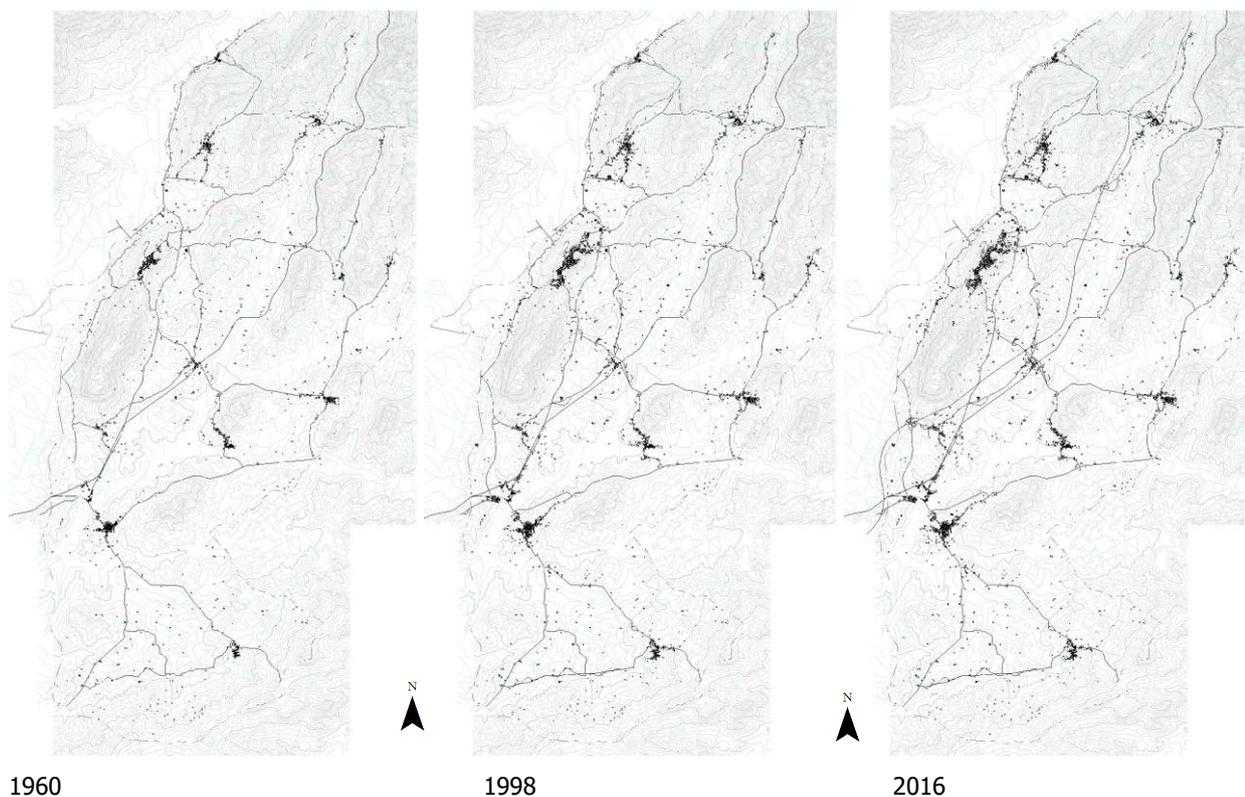


Figura 3| - Evolução urbana do concelho de Belmonte (Fonte: cartas militares (IGEOE), ortofotomapas (IGEOE), observação direta. (s/esc).

Verifica-se o aumento de extensão dos aglomerados concentrados e simultaneamente a continuação do aumento da urbanização dispersa. Também o desenvolvimento das infraestruturas veio reforçar o desenvolvimento urbano. De uma forma geral, a expansão dos aglomerados urbanos com perímetro urbano definido pelo PDM vigente tem sido respeitada, tendo ainda muito espaço disponível. Quanto à referida existência de construções dispersas é de salientar a zona sul do concelho e o eixo da EM345/Vale do Compadre como as situações mais intensas. Em relação ao primeiro refira-se que coincide com a localização da maior parte das explorações agrícolas atualmente existentes no concelho. A segunda ocorre ao longo de um eixo viário, linear (embora as construções ainda salvaguardem alguma distância à via, na ordem dos 5/10m).

Para além dos aglomerados com perímetro urbano vigente, foram apontados outros lugares que carecem de novo de enquadramento em sede da revisão do PDM. O desenvolvimento do município nas últimas décadas veio provocar alguma alteração na importância dos lugares e nas suas funções centralizadoras que influenciam a rede urbana existente, transformando-a. Essa mutação está refletida nas propostas do PDM.

Também as noções de aglomerado rural e áreas de ocupação turística foram equacionadas consubstanciando-se numa proposta de novo sistema urbano.

3.5. CARATERIZAÇÃO BIOFÍSICA



Figura 4| Vista 3D do terreno do concelho de Belmonte, (imagem do GoogleEarth, 2011).

De uma forma geral, a ocupação e uso de solo adequa-se às características do território sobre o qual incide. A fisiografia do concelho caracteriza-se por três zonas distintas, correspondentes a duas bacias hidrográficas e à área de transição entre ambas – a da ribeira de Inguias (a Norte) e a de ribeira de Valverdinho (a Sul). A zona Norte é mais declivosa e rochosa, com ocupação essencialmente florestal, enquanto a Sul se trata de uma zona mais plana, com pontuais elevações, essencialmente agrícola.

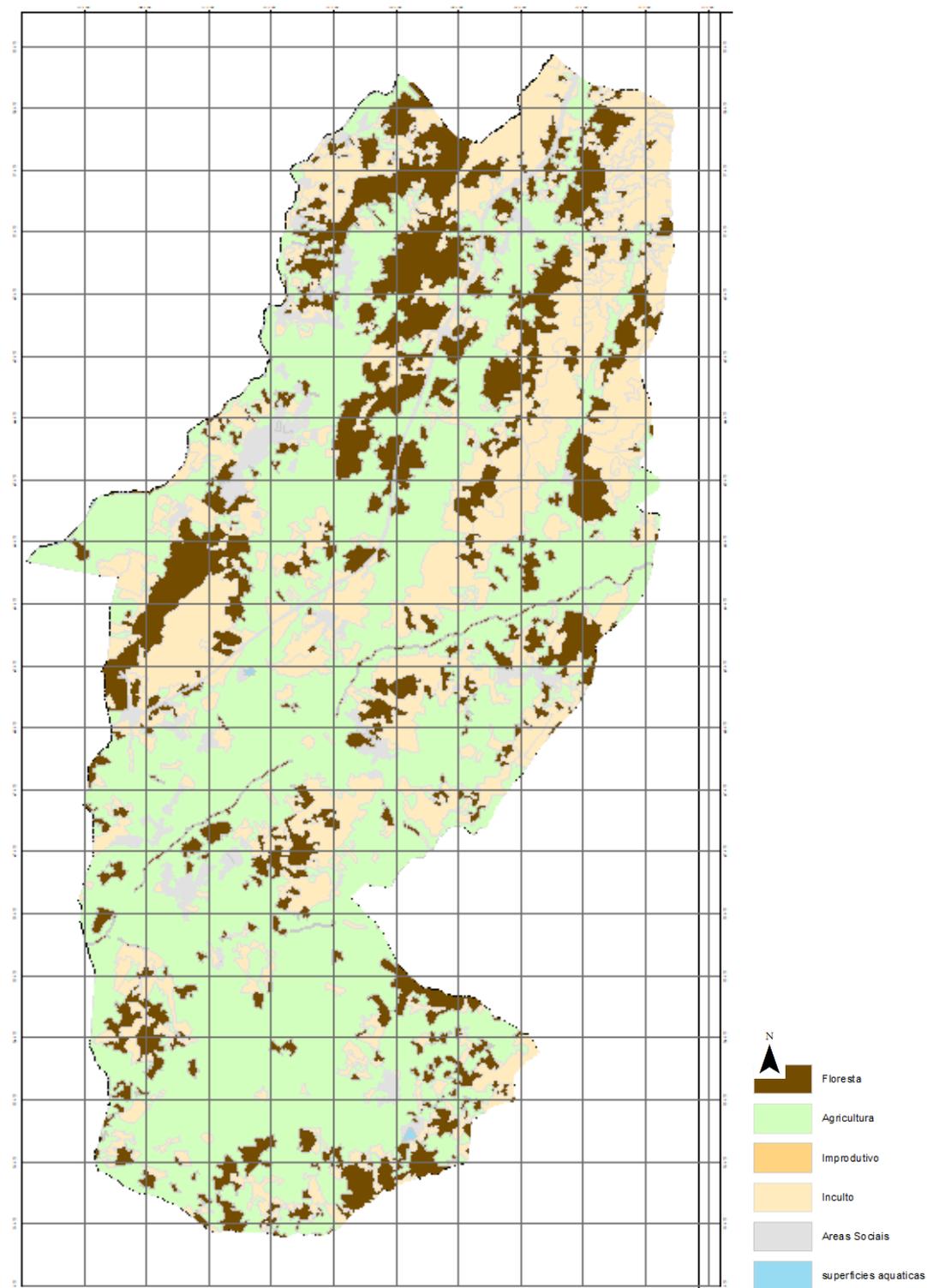


Figura 5| Usos de solo no concelho de Belmonte, COS2010 (Fonte: CMB, 2014).

No concelho predominam os usos agrícolas, destacando-se as culturas temporárias de sequeiro. Existem áreas florestais (espaços florestais não arborizados - matos e prados) e ocupações arbustivas e herbáceas por todo o concelho, embora com maior ênfase na zona Norte.

Como potenciais biofísicos podem referir-se as características morfológicas do terreno (que apresenta variabilidade, desde os planaltos na zona Sul, na freguesia de Caria, às serras como a Serra da Esperança, na zona da vila de Belmonte), rede hidrográfica abrangente e abundante em todo o município, acompanhada de expressivas galerias ripícolas com riqueza de fauna inerente a estas zonas. Também a presença de espécies cinegéticas é relevante para a caracterização do município, que já tem uma área significativa delimitada como zona de caça municipal (refira-se a existência do campo de treino de caça).

A revisão do PDM deverá ter em consideração as diretivas do PMDFCI sobretudo no que se refere às áreas de matos (pelo perigo inerente de incêndio), e do PROF-BIN relativamente às ações/propostas que incidam em áreas de floresta existente ou prevista (não esquecendo o que se refere também à manutenção/recuperação/implementação dos corredores ecológicos).

3.6. REDE DE EQUIPAMENTOS

A rede de equipamentos serve todo o concelho, com maior relevância para a sua sede. Tem existido algum investimento sobretudo na área da educação, saúde e, mais recentemente, da cultura, recreio e lazer. A aposta na área da educação é importante como atrativo para população jovem, que possa vir a contribuir para o aumento da taxa de natalidade do concelho. Relativamente aos equipamentos que servem a população mais idosa, de um modo geral são recentes e distribuem-se por todo o concelho.

Analisando a população por lugares e a localização dos equipamentos de utilização coletiva é possível identificar locais muito bem servidos como Belmonte e Caria, o que é expectável face ao seu estatuto político-administrativo. Destacam-se ainda outros locais como Maçainhas e Carvalhal Formoso.

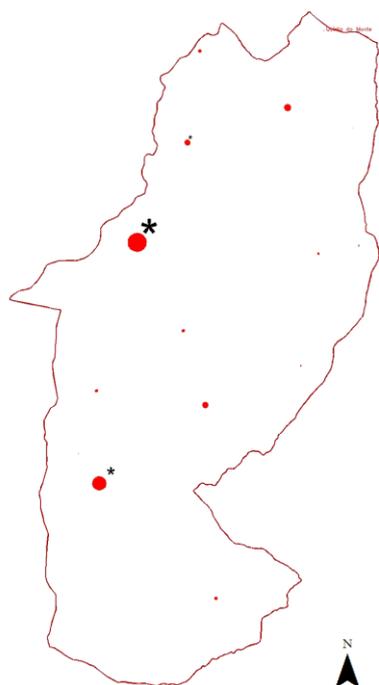


Figura 6| – Densidade e singularidade de equipamentos de utilização coletiva no concelho de Belmonte (Simbologia: asterisco - singularidade; esfera vermelha - densidade). (s/esc).

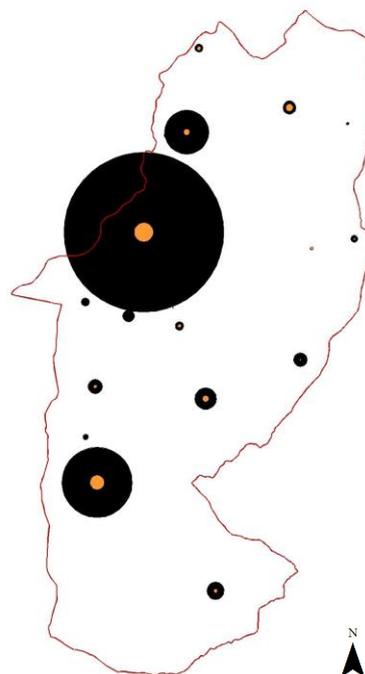


Figura 7| – Proporção entre equipamentos de utilização coletiva e população no concelho de Belmonte (equipamentos-esferas laranjas; esferas pretas- população Censos2001). (s/esc).

O concelho de Belmonte tem um importante valor histórico, o qual se traduz em vestígios e património disperso pelo território. Belmonte ficou mais conhecido pela sua relação com a época dos Descobrimentos, tendo sido ponto de origem de navegadores relevantes para a história de Portugal. Para além disso a importante comunidade judaica que prevaleceu tornou-se também símbolo e particularidade deste território.

Nos últimos anos o município tem feito esforços no sentido de reconhecer, diversificar e valorizar esse património construído e histórico/etnológico, o que já é possível perceber ao percorrer as sedes de freguesia.

3.7. INFRAESTRUTURAS

Belmonte realocizou-se face à região em que se encontra devido à implementação da A23. Esta veio melhorar significativamente as acessibilidades *de* e *para* Belmonte. Importa captar essa mobilidade para o concelho combatendo o conceito de território de passagem. A rede viária interna teve importantes melhorias quer ao nível do estado de conservação e dos próprios pavimentos. A rede de transportes abrange a totalidade do concelho, embora as frequências do serviço não sejam muito apelativas.

A rede de abastecimento de água serve cerca de 82% da população, embora nalgumas situações menos favoráveis (períodos de seca, por exemplo) possa vir a falhar alguns abastecimentos. A rede de abastecimento nos aglomerados de Caria e Belmonte são antigas pelo que apresentam roturas com alguma frequência.⁴ No entanto estas questões estão a ser resolvidas através da implementação do Sistema Multimunicipal do Alto Zêzere e Côa, que cobre toda a área urbana do concelho.

Sistema de Abastecimento AdZC

Subsistema do Sabugal

Municípios de Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida, Sabugal e Belmonte

População servida:

36.300 habitantes

Infra-estruturas:

1 Captação

2 ETA

98 Reservatórios

29 Estações elevatórias

493 Km de condutas adutoras

Caudal de dimensionamento de água tratada:

21.200 m³/dia

Legenda:

- ETA ETA
- Captações
- ▲ Estação Elevatória
- Condutas
- Limite de Município
- Limite de Subsistema
- Albufeiras e Barragens
- SA Sistema Autónomo



Figura 8| – Sistema de Abastecimento de água ADZC- Subsistema do Sabugal (fonte: www.adzc.pt), consultado em 2014.

A rede de drenagem e tratamento das águas residuais serve praticamente todo o concelho de Belmonte. O projeto multimunicipal referido abrange também a renovação e reformulação destas redes, prevendo-se assim a resolução de diversos problemas relacionados com a antiguidade dos sistemas e escassez de infraestruturas eficazes.

⁴ Situação em 2006 data da recolha desta informação.

Sistema de Saneamento AdZC

Município de Belmonte

População servida:

7.600 Habitantes-equivalentes

Infra-estruturas:

4 ETAR

6 Km de Emissários

2 Estações Elevatórias

Caudal médio de água tratada:

1.008 m³/dia

Legenda:

-  Estação de Tratamento de Águas Residuais
-  Estação Elevatória
-  Emissários



Figura 9| Sistema de Saneamento ADZC- Subsistema de Belmonte (Fonte: www.adzc.pt), consultado em 2014.

A existência de edificado isolado/disperso pelo território municipal dificulta a eficácia de satisfação das necessidades das redes de saneamento básico. De uma forma geral, os aglomerados urbanos estão servidos pelas redes, necessitando da prevista reformulação/renovação das redes nalguns troços para melhor resposta.

Quanto aos resíduos sólidos urbanos, refira-se a existência de preocupações ambientais, ao promover a separação dos resíduos. Estas preocupações traduziram-se na implementação de um ecocentro entre Belmonte e Caria. No entanto, não existem ainda implementados sistemas sustentáveis, alternativos, que possam promover a maior qualidade ambiental do território e região. Neste momento, existem já sistemas naturais que respeitam mais os recursos naturais e que podem ser utilizados em diversas escalas de intervenção (pequenos aglomerados, edificado isolado, etc.).

Todo o concelho está servido por rede elétrica com capacidade para suportar o aumento tendencial das necessidades energéticas municipais. Relativamente ao gás, este ainda não serve em rede o concelho, não existindo perspectivas de o vir a fazer. Ou seja, o concelho está ainda dependente das energias tradicionais, não existindo ainda energias alternativas.

Em termos de recursos naturais, estes poderão ser potenciais fontes de energia alternativa mais sustentáveis e uma hipótese de desenvolvimento que distinga este de outros concelhos da região. Existe uma central de biomassa (próximo da Vila de Belmonte) atualmente desativada.

3.8. ESTRUTURA FUNDIÁRIA

No que se refere à **estrutura fundiária** do concelho, atendendo a que não existe um levantamento cadastral completo não é possível proceder a uma análise sobre a mesma.

4. GESTÃO TERRITORIAL – SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA MUNICIPAL

De acordo com a informação disponibilizada pela DGT, em dezembro de 2018, e o município de Belmonte é abrangido pelos seguintes instrumentos de gestão territorial:

IGT	Designação	Dinâmica	Publicação D.R.	Data D.R.
PNPOT	PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	2ª RETIFICAÇÃO	DECL RECT 103-A/2007	02-11-2007
		1ª RETIFICAÇÃO	DECL RECT 80-A/2007	07-09-2007
		1ª PUBLICAÇÃO	LEI 58/2007	04-09-2007
PROF	PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DA BEIRA INTERIOR NORTE	1ª PUBLICAÇÃO	DR 12/2006	24-07-2006
PRN	PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL	2ª ALTERAÇÃO	DL 182/2003	16-08-2003
		1ª ALTERAÇÃO	LEI 98/99	26-07-1999
		1ª RETIFICAÇÃO	DECL RECT 19-D/98	31-10-1998
		2ª REVISÃO	DL 222/98	17-07-1998
PNA	PLANO NACIONAL DA ÁGUA	REVISÃO	DL 76/2016	09-11-2016
PGRH	PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO E RIBEIRAS OESTE (RH5)	1ª RETIFICAÇÃO	DECL RET 22-B/2016	18-11-2016
		1ª PUBLICAÇÃO	RCM 52/2016	20-09-2016
PDM	BELMONTE	1ª ALTERAÇÃO	AVISO 15122/2018	19-10-2018
		1ª PUBLICAÇÃO	RCM 23/96	13-03-1996

Relativamente ao PROT Centro, apesar de este não ter entrado em vigor, os estudos realizados para a revisão do PDM tiveram em conta as orientações ali presentes.

Para além dos IGT referidos, o município de Belmonte conta também com a definição das áreas de reabilitação urbana que contribuem significativamente para a gestão do território municipal.

4.1. PDM DE BELMONTE

4.1.1. HISTÓRICO

O PDM de Belmonte foi aprovado em Assembleia Municipal a 30 de março de 1995, tendo sido publicado no Diário da República n.º 62, 1ª série, 13 de março, pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 23/96, de 13 de março, sujeito a ratificação.

Em 2005 foi suspenso parcialmente pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 35/2005, de 19 de janeiro, e estabelecido medidas preventivas, de modo a viabilizar a tão urgente construção da zona industrial de Belmonte. Essas medidas vigoraram por dois anos.

Relativamente à Reserve Ecológica do concelho de Belmonte, esta tem uma 1.ª publicação logo a seguir à publicação do PDM, Resolução de Conselho de Ministros n.º 77/96, de 27 de maio (DR 123, I Série B), tendo sido alterada em 2003 para exclusão da zona industrial de Belmonte, Resolução de Conselho de Ministros n.º 116/2003, 13 de agosto, (DR 186, I Série B). Já em 2018 foi feita uma correção material ao abrigo do Regime Extraordinário da Regularização de Atividades Económicas (RERAE) Despacho n.º 6663/2018, 9 de julho (DR 130, 2.º Série).

A Reserve Agrícola do concelho de Belmonte foi publicada em fevereiro de 1993 (Portaria n.º 140/93, de 8 de fevereiro, (DR 32/1993, Série I-B) ainda antes da publicação do PDM.

Recentemente, em outubro de 2018 foi aprovada a 1ª alteração ao PDM, Aviso n.º 15122/2018, 19 de outubro (DR 202, Série II), ao abrigo do RERAE.

A revisão do PDM iniciou-se em 2004, publicado pelo Aviso n.º 1959/2004, de 22 de março, (DR 69, II Série), de acordo com a deliberação da CMB de novembro de 2003. A Comissão Mista de Coordenação foi constituída em outubro de 2004 pelo Despacho n.º 21437/2204, de 20 de outubro (DR 247, II Série).

Os estudos de caracterização do concelho foram elaborados entre janeiro de 2005 e novembro de 2006, tendo sido aprovados condicionalmente em junho de 2008. A sua aprovação final deu-se em maio de 2008 com a reunião setorial com a ex-AFN (Autoridade Florestal Nacional), para resolução de questões pontuais.

Desde então a Câmara Municipal de Belmonte tem desenvolvido os trabalhos de proposta da revisão do PDM, sem, no entanto, ter tido alguma dinâmica junto das entidades da Comissão Mista de Coordenação.

A delimitação da REN bruta do concelho encontra-se em elaboração, conforme Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional.

A Câmara Municipal deliberou em janeiro de 2019 retomar o PDM, seguindo a tramitação legal necessária.

4.1.2. COMPOSIÇÃO E OBJETIVOS DO PLANO

O plano é composto por:

- Regulamento;
- Planta de condicionantes;
- Planta de ordenamento;
- Relatório final;
- Planta de enquadramento;
- Planta de perímetros urbanos;
- Estudos de caracterização
- Planta da situação atual;
- Planta de áreas de risco de incêndios.

4.1.3. CLASSIFICAÇÃO DO SOLO

De acordo com o art.23º do regulamento do PDM, o plano tem as seguintes classes de uso de solo:

- Espaços urbanos — são espaços caracterizados por uma grande concentração de edificações e elevado nível de infraestruturização e onde o solo disponível se destina predominantemente à construção.
- Espaços urbanizáveis — assim denominados por poderem vir a adquirir as características referidas na alínea anterior no decurso da vigência do PDM.
- Espaços rurais — são espaços que abrangem as áreas onde a atividade dominante é a agricultura; os espaços que, pelas suas potencialidades, possam ser explorados agricolamente; os espaços onde predomina a produção florestal ou onde esta desejavelmente se deverá realizar.
- Espaços industriais — são espaços destinados a atividades transformadoras e respetivos serviços de apoio, possuindo ainda normalmente sistemas próprios de infraestruturas;
- Espaços a salvaguardar para eventual atividade de prospeção mineral — são espaços destinados a extração de materiais inertes ou que apresentam especiais potencialidades para vir a sê-lo, incluindo as áreas destinadas a controlar o impacto sobre os espaços envolventes.
- Espaços-canais — são espaços destinados à construção das infraestruturas urbanas de interesse geral, bem como as de hierarquia superior.

Os espaços urbanos, art.24º, desgregam-se nas seguintes categorias:

- Zonas residenciais ou habitacionais;
- Zonas industriais;
- Zonas cívicas e históricas;
- Zonas verdes;
- Equipamentos coletivos.

4.1.4. CONDICIONANTES

As servidões administrativas e restrições de utilidade pública identificadas no plano e delimitadas respetivamente na planta de condicionantes são:

- a) Domínio público hídrico;
- b) Nascentes;
- c) Minas, pedreiras e espaços a salvaguardar para eventual atividade de prospeção mineral;
- d) Reserva Ecológica Nacional (REN);
- e) Reserva Agrícola Nacional (RAN);
- f) Manchas florestais e terrenos percorridos por incêndios;
- g) Imóveis classificados e em vias de classificação;
- h) Edifícios públicos;
- i) Infraestruturas sanitárias [emissário/coletor; fossa séptica de uso coletivo; estação de tratamento de águas residuais (ETAR); captação de água; adutora/adutora-distribuidora; reservatório; aterro sanitário];
- j) Infraestruturas elétricas existentes e a instalar;
- l) Infraestruturas viárias (rede rodoviária nacional; rede rodoviária municipal coletora; rede rodoviária municipal distribuidora e outras vias não classificadas; linha da Beira Baixa);
- m) Marcos geodésicos.

De acordo com a legislação aplicável e de acordo com os guias orientadores para elaboração da planta de condicionantes, a revisão do PDM deverá contemplar as seguintes servidões e restrições de utilidade pública.

- a) Recursos Naturais:
 - i) Recursos hídricos:
 - a. Leitos e margens dos cursos de água;
 - b. Nascentes.
 - ii) Recursos ecológicos:

- a. Reserva Ecológica Nacional (REN);
- iii) Recursos geológicos:
 - a. Concessão Mineira;
 - b. Área de exploração consolidada para Urânio.
- iv) Recursos agrícolas e florestais:
 - c. Reserva Agrícola Nacional (RAN);
 - d. Aproveitamentos hidroagrícolas;
 - e. Povoamentos florestais percorridos por incêndio;
 - f. Risco de incêndio: Perigosidade alta e muito alta.
- b) Património cultural:
 - a. Imóveis classificados e em vias de classificação.
- c) Infraestruturas:
 - i) Rede elétrica nacional: alta tensão;
 - ii) Telecomunicações: Feixes Hertzianos;
 - iii) Rede Ferroviária: linha da Beira Baixa (troço desativado);
 - iv) Rede rodoviária: PRN
 - b. Rede nacional fundamental concessionada – A23;
 - c. Rede nacional complementar (sob a responsabilidade da IP) – EN18.
 - v) Rede rodoviária: municipal
 - a. Estradas municipais;
 - b. Caminhos municipais.
 - vi) Faixa de gestão de combustível: rede primária (sem servidão legalmente constituída).
 - vii) Saneamento básico:
 - a. Condução adutora (sem servidão legalmente constituída);
 - b. Emissário (sem servidão legalmente constituída).
 - viii) Rede geodésica nacional: vértices geodésicos.

4.1.5. EXECUÇÃO DO PLANO

4.1.5.1. SISTEMA URBANO

4.1.5.1.1. REDE URBANA

A análise da rede urbana é essencial para a compreensão do sistema urbano do território e a sua evolução. As ações previstas pelo PDM96 e o seu grau de concretização traduzem-se no seguinte quadro.

Quadro 5| Ações previstas pelo PDM96 para a rede urbana

Ações previstas pelo PDM96	Sem evolução	Em projeto	Executado
Criação de lotes habitacionais ou mesmo blocos de habitação social para famílias de menores recursos, nas várias localidades do concelho.			X
Lançamento de ações de apoio à conservação e restauro de edifícios.			X ¹
Elaboração de Planos de Urbanização (PU), Planos de Pormenor (PP) e Loteamentos Urbanos:			
PU de Belmonte*	X		
PU de Caria*	X		
PU de Colmeal da Torre	X		
PP da zona cívica/histórica de Belmonte*			X
PP da zona cívica/histórica de Caria*	X		
PP da Zona industrial 1 de Belmonte**			X
PP da Zona industrial 2 de Belmonte**			X ¹
PP do Pólo industrial de Colmeal da Torre** (°)	X		
PP do Pólo industrial de Maçainhas**(°)	X		
PP do Pólo industrial de Carvalhal Formoso**(°)	X		
PP da Zona industrial de Caria**		X ²	
PP da área envolvente de Santo Antão - Caria	X		
PP da área definida na Planta de Ordenamento, existente entre a EM570 para Monte do Bispo.	X		
Recuperação da Tulha e aquisição do Solar dos Cabrais.			X
Beneficiação e recuperação das zonas e elementos históricos concelhios, classificados e a classificar.			X ³

Chave:

- * Foram considerados prioritários pelo PDM vigente.
- ** E criação das respetivas infraestruturas urbanísticas.
- (°) Estes Planos apenas são referidos no relatório do PDM vigente, não sendo mencionados no regulamento.
- ¹ Executado mas sobre a forma de loteamento.
- ² Loteamento da zona industrial de Caria – projeto de execução em 2001
- ³ Parcialmente executados.

O PDM vigente nos artigos 54º e seguintes e no relatório definiu um conjunto de UOPG's a materializar, com a elaboração de planos municipais de ordenamento do território – Planos de Urbanização e Planos de Pormenor, estando a sua maioria por elaborar. A necessidade de execução destes Planos permanece na medida em que a maioria dos aglomerados carece de regulamentação detalhada. As UOPG's

referentes aos PP's das zonas industriais de Belmonte (Ginjal) e de Caria foram realizadas, mas sob a figura de loteamento municipal.

O PDM vigente definiu um vasto conjunto de perímetros urbanos os quais apresentam atualmente ainda grandes zonas livres e sem qualquer ocupação urbana. Este conjunto inclui algumas quintas que pelo seu nível de construção forma incluídas em solo urbano. Aglomerados urbanos na realidade são: Belmonte, Caria, Colmeal da Torre, Maçaínhas, Gaia, Olas, Quinta do Monte, Quinta Cimeira, Quinta do Meio, Trigais, Inguias, Monte do Bispo, Sto. Antão Caria, Quinta das Pereiras.

Verifica-se que os perímetros urbanos vigentes tinham capacidade para mais 62% de população. Mesmo considerando que estes cálculos tenham alguma margem de erro, é inegável que estavam sobredimensionados à semelhança do resto da região e até mesmo do país. Ou seja, o nível de execução das áreas urbanizáveis e industriais ficou bastante aquém do que era esperado.

4.1.5.1.2. PATRIMÓNIO

O património enquadra-se no sistema urbano, constituindo parte importante da sua riqueza, diversidade e identidade. Neste sentido, verifica-se com naturalidade que algumas ações previstas neste sector se repetem no tema da rede urbana, sendo transversais a ambos.

A conservação e valorização do património (de qualquer tipo de património-natural, construído, etnográfico, etc.) são fundamentais no contexto de um território e na construção da identidade específica de um município. O quadro abaixo apresenta o nível de execução face à situação atual e às ações previstas:

Quadro 6| Ações previstas pelo PDM96 para o património

Ações previstas pelo PDM96	Sem evolução	Em projeto	Executado
Elaboração do Plano de Pormenor da Zona Cívica de Belmonte, e que inclui a zona histórica.	X		
Elaboração do Plano de Pormenor da Zona Cívica de Caria, e que inclui a zona histórica.	X		
Recuperação do "Centum Cellas".		X	
Recuperação de lagares antigos.			X
Recuperação do Celeiro da Casa dos Cabrais (Tulha).			X
Recuperação da Casa dos Condes de Belmonte.			X
Recuperação de todo o património cultural.			X
Lançamento de ações de apoio à conservação e restauro de edifícios.			X

Conclui-se que o nível de execução é muito elevado, estando cerca de 86% executados ou em projeto verificando-se que existiu grande investimento na execução do programa de ação relativo ao Património. Ao analisar-se conjuntamente com a evolução dos equipamentos de utilização coletiva, verifica-se um evidente desenvolvimento no que se refere ao património construído, não apenas no fator de conservação e restauro, mas também na introdução de novos usos e funções, o que permitiu a sua maior dinamização.

4.1.5.1.3. EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA

Os equipamentos de utilização coletiva constituem um dos principais meios de garantir equidade social e qualidade de vida à população de um município. Aquando do PDM96 existia uma grande carência de equipamentos básicos necessários à vida quotidiana. Neste contexto, o Plano previa um grande número de ações de forma a colmatar esta situação. Tendo por base essas propostas, a presente análise verificou qual foi a sua execução até à atualidade, verificando se, caso ainda não tivessem sido concretizadas, se estariam pelo menos em projeto. O quadro discrimina os níveis de execução por ação.

Quadro 7| Ações previstas pelo PDM96 para a Rede de Equipamentos

Ações previstas pelo PDM96 (Equipamentos propostos / sujeitos a ampliação)			Sem evolução	Em projeto	Executado	
Equipamentos de Administração	Câmara Municipal	Ampliação dos Paços do Concelho	X			
	Tribunal Judicial	Execução de 1em Belmonte			X (julgado de Paz)	
Equipamentos de Educação	Pré-escolar (jardins de Infância)	+ 5 salas – Jardim Infância de Belmonte			X	
		+ 2 salas – Jardim Infância de Caria			X	
		+ 1 sala – Jardim Infância de Colmeal da Torre			X	
		+ 1 sala – Jardim Infância de Carvalhal Formoso			X	
		+ 1 sala – Jardim Infância da Freg. Maçainhas	X			
	Ensino Básico – 1º Ciclo	- 1 sala - Freg. Belmonte				X
		- 4 sala – Freg. Caria				X
		- 1 sala – Freg. Colmeal da Torre				X
		- 2 salas – Freg. Inguias				X
		- 1 sala – Freg. Maçainhas				X
	Ensino Básico 2.º e 3.º Ciclo/Secundário	+ 6 salas - Belmonte				X

Ações previstas pelo PDM96 (Equipamentos propostos / sujeitos a ampliação)			Sem evolução	Em projeto	Executado
Equipamentos de Saúde	Centros e Extensões de Saúde	Prevista a construção de 1 centro de saúde de raiz em Belmonte			X
Equipamentos de Segurança Social	Creche, Jardim de Infância e ATL	Não estava nada previsto			X *6
	Centro de Dia	+ 1 – na freg. Belmonte	x		
		+ 1 – freg. Inguias			X
		+ 1 – freg. Maçainhas			X
Lar de Idosos	- 1 na freg. de Belmonte	X			
Equipamentos de Desporto	Campo de Jogos Grande	- 2 na freg. de Caria	X (1 deles)		
		- 1na freg. Colmeal da Torre	X		
		- 2 na freg. de Inguias	X		
		- 1 na freg. de Maçainhas	X		
	Campo de Jogos Pequeno/ Polidesportivo	+ 2 na freg. de Belmonte			X
		+ 2 na freg. de Caria			X
		+ 2 na freg. de Colmeal da Torre			X (1 deles)
		+ 2 na freg. de Inguias			X
		+ 1 na freg. de Maçainhas			X
	Piscinas	+ 1 piscina coberta em Belmonte	X		
Equipamentos de Correios e Telecomunicações	Postos de Telef. Público	+ 12 na freg. de Belmonte	x		
		+ 8 na freg. Caria	X		
		+ 4 na freg. Colmeal da Torre	X		
		+ 2 na freg. Inguias	X		
Equipamentos de Cultura e Recreio	Bibliotecas	+ 1 Biblioteca municipal			X
	Museus	+ 3 Museus em Belmonte			X (5)*8
Equipamentos de Seg. Pública	Bombeiros	+ 1 Quartel em Belmonte (novo)			X
Equipamentos de Culto	Cemitérios	Ampliação dos cemitérios de Belmonte, 3 da freg. Caria e 1 de Carvalhal Formoso	X (2 na freg. de Caria)		X (restantes)
Equipamentos de Espaços Verdes	Espaços de Recreio Infantil	- 1 na freg. Belmonte			X
		- 2 na freg. de Caria			X
		- 1 freg. de Colmeal da Torre	X		
		- 1 na freg. de Inguias	X		
	Espaços de Convívio e	+ 1 na freg. Belmonte			X

Ações previstas pelo PDM96 (Equipamentos propostos / sujeitos a ampliação)			Sem evolução	Em projeto	Executado
	Encontro	- 1 na freg. de Maçainhas	X		
Equipamentos de Transportes e Comunicações	Central de Camionagem	Implementação de 1 em Belmonte	X		
Equipamentos - Outros	Espaços Polivalentes	+ 3 na freg. de Caria	X (2)		X (1)
		+ 1 na freg. de Colmeal da Torre			X
		+ 1 na freg. de Inguias			X
		+ 1 na freg. de Maçainhas			X

Como se verifica a maioria das propostas do PDM vigente foram efetivadas/concretizadas. A evolução da execução dos cerca de 55% de equipamentos previstos traduziu-se num importante desenvolvimento urbano e social. Muitas das ações previstas não foram exatamente concretizadas como estavam previstas pois as próprias políticas nacionais de cada setor alteraram, como o mapa judicial, a rede escolar e a rede de saúde.

Para além destes, é ainda necessário ter em consideração que foram concretizados outros equipamentos que não estavam previstos. Ou seja, a realidade municipal traduz-se numa dinâmica ainda maior do que aquela que os presentes quadros/gráficos já revelam.

Relativamente aos restantes 45%, há que lembrar que a evolução socioeconómica local, regional e mesmo nacional poderá ter originado que alguns dos equipamentos inicialmente previstos tenham deixado de ser necessários. A alteração das políticas nacionais quer no que se refere à saúde como à educação são exemplos evidentes de situações que, em sede da presente revisão, deverão ser reequacionadas, sendo provável que das necessidades previstas no PDM96 nem todas façam sentido para a realidade atual e perspectivas futuras.

4.1.5.2. SISTEMA BIOFÍSICO

No que se refere ao sistema biofísico, o PDM vigente não estipulou medidas ou ações específicas, pelo que não se aplica a presente análise.

No entanto pode-se apenas afirmar que em termos de ocupação do espaço rural, o PDM vigente seria bastante permissivo, uma vez que por exemplo, parcelas que não estivessem classificadas como Reserva Agrícola Nacional ou Reserva Ecológica Nacional poderiam ser ocupadas com construções, desde que tivessem uma dimensão mínima de 5000m². Este fator acabou por favorecer a dispersão urbana, em vez da tão desejada consolidação dos aglomerados existentes.

4.1.5.3. INFRAESTRUTURAS

4.1.5.3.1. INFRAESTRUTURAS VIÁRIAS E DE TRANSPORTES

As infraestruturas viárias e de transportes são a garantia à acessibilidade aos mais diversos serviços, equipamentos ou comércio. Para além disso, permitem as diversas trocas entre os locais/aglomerados quer intra como inter concelhios.

De salientar que foram considerados também as ações que se encontram em projeto, de forma a obter uma conclusão mais realista da evolução e grau de execução destes anos que mediaram o PDM96 e a atual situação. O quadro abaixo apresenta a listagem de ações e o seu nível de execução por cada uma.

Quadro 8| Ações previstas pelo PDM96 para as infraestruturas viárias e de transportes para o concelho de Belmonte.

Ações previstas pelo PDM96	Sem evolução	Em projeto	Executado
Construção do IP2 (A23)			X
Construção da ponte de Cebola, sobre o rio Zêzere			X
Construção da estrada entre a Torre de "Centum Cellas" e o bairro de Santo Antão			X
Passagem desnivelada sobre a linha de comboio na estrada Belmonte- Caria	X		
Passagem desnivelada sobre a linha de comboio na estrada Caria- Covilhã	X		
Construção das variantes, ocidental e oriental de Caria			X
Alargamento ou substituição das pontes de S. Sebastião e Sant'Ana, em Caria	X		
Construção/retificação entre o cruzamento da EN345-1 e a EN18-3, passando por Carvalho Formoso	X		
Alargamento e beneficiação da estrada de Monte do Bispo			X
Alargamento e beneficiação da estrada das Pereiras			X
Alargamento e beneficiação da estrada de Maçainhas ao cruzamento para Inguias			X
Construção/retificação da estrada de Ferrarias			X
Construção/retificação da estrada de Inguias a Rebelhos			X
Construção/retificação da estrada do Negrinho			X
Construção/retificação da estrada do Panasco			X
Construção/retificação da estrada do Vale do Furão			X
Construção/retificação da estrada da Aboela			X
Construção da estrada de Maçainhas – Gaia, com ligação ao Colmeal da Torre			X
Construção da estrada sobre a ribeira das Inguias, incluindo respetiva ponte, passando pelo Travesso, Pena d'Água, Quintas da Ribeira, Ferrolho e Lage da Fidalga (a partir da estrada Inguias/Olas)			X
Pavimentação de arruamentos nos bairros ainda não executados: Infraestruturas facilitadoras do tráfego urbano e da mobilidade local:			
Arruamento em Belmonte- bairro de Santo Antão			X
Arruamento em Belmonte- bairro do Pinhal do Carrola			X
Arruamento em Belmonte- bairro de S. Sebastião.			X
Arruamento em Caria - bairro de Santo António			X
Arruamento em Caria - bairro da Cerca do Conde			X

Ações previstas pelo PDM96	Sem evolução	Em projeto	Executado
Arruamento em Caria - bairro do Estrelado			X
Arruamento em Caria - bairro de Santo Antão			X
Arruamento em Colmeal da Torre - bairro de Santo Antão			X
Construção da variante ocidental e da estrada de Santo Antão (alternativas à R. Pedro Álvares Cabral)		X	
Melhoramento da zona envolvente dos Paços do Concelho			X
Construção de uma pequena central de camionagem em Belmonte			X
Tornar os transportes públicos mais rápidos e assegurar melhores ligações entre os aglomerados de nível intermédio e os da sua área polarizada.			X

Como se verifica pelos elementos anteriores, nesta temática existiu um grau de execução das propostas definidas em sede do PDM vigente muito elevado. Outras situações de âmbito regional ou nacional contribuíram também de forma definitiva para a importante melhoria de acessos ao município e dentro dele, como seja a concretização da A23.

Verifica-se que a grande maioria das ações previstas pelo PDM96 relacionava-se com a requalificação da rede viária, preocupação essa que é essencial à garantia de segurança de circulação.

A execução destas ações permitiu uma melhor relação tempo distância nas diversas deslocções, maior segurança rodoviária, o que é cada vez mais importante sobretudo no contexto de crescimento da taxa de motorização da população.

Sabe-se que dos 30% de ações ainda por concretizar, na sua maioria, a intenção/necessidade permanece e não foi esquecida pelas entidades competentes, nomeadamente pela Câmara Municipal de Belmonte. Para além destas existem outras ações em projeto que complementam as previstas e que surgiram de alterações contextuais quer locais quer nacionais.

4.1.5.3.2. INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO BÁSICO

O PDM96 previa bastante investimento na área do saneamento básico. Este investimento envolvia ampliações de redes de dimensões consideráveis, assim como a construção de diversas estações de tratamento de águas residuais (ETAR).

Quadro 9| Ações previstas pelo PDM96 para as Infraestruturas de Saneamento Básico no concelho de Belmonte.

Ações previstas pelo PDM96	Sem evolução	Em projeto	Executado
Ampliação da rede de abastecimento de água ao município através da:			
Construção da conduta adutora da zona sudeste do concelho que servirá nomeadamente Monte do Bispo (freguesia de Caria);			X
Conclusão das adutoras (subdimensionadas) da zona Norte do concelho (Colmeal da Torre, Maçainhas) e zona nascente;			X
Conclusão das adutoras (subdimensionadas) da zona nascente (Inguias, Carvalhal Formoso, Trigais, Olas);			X
Renovação da rede de saneamento da Vila de Belmonte, do tipo unitário, o que provoca entupimento de coletores e deficiências várias no funcionamento da ETAR da Vila.			X
Construção de uma nova ETAR na zona oriental de Belmonte, na zona da variante existente.	X		
Construção da rede de esgotos de Quinta Cimeira e respetiva ETAR.			X
Construção da rede de esgotos de Olas e respetiva ETAR.			X
Construção da rede de esgotos de Quinta das Pereiras e respetiva ETAR.	X		
Construção de ETAR na zona de confluência de Belmonte e Colmeal da Torre, e respetivas redes de esgotos.	X*		
Construção de ETAR em Caria.			X
Concretização de um programa de eliminação de situações de poluição visual.	X		

Verifica-se assim que, Belmonte evoluiu muito na área de saneamento básico, tendo-se concretizado cerca de 83% das ações já previstas (incluindo as ações em projeto). Sabe-se que destas ações previstas, algumas tomaram outros moldes, tendo objetivos mais abrangentes e completos do que inicialmente estariam previstos (veja-se o caso da conclusão das adutoras da zona nascente do concelho).

No entanto alerte-se para a existência de situações mais recentes cujo saneamento básico ainda fica muito aquém do nível satisfatório e que surgiram com o crescimento urbano que Belmonte sofreu nos últimos 11 anos (fora dos perímetros urbanos), podendo comprometer a qualidade ambiental e social.

4.1.5.3.3. INFRAESTRUTURAS DE ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES

No que se refere a este tipo de infraestruturas, o PDM vigente não estipulou medidas ou ações específicas, pelo que não se aplica a presente análise. Refere-se, no entanto, que o concelho está coberto, na sua totalidade, pela rede de distribuição de energia elétrica. Para além disso, a perspetiva a curto e médio prazo indica que as infraestruturas presentes suportam as necessidades municipais.

4.1.5.4. CONCLUSÃO

O presente documento permite concluir que de uma forma geral as ações previstas no PDM vigente foram cumpridas em mais de 50%. No entanto, em relação à rede urbana e aos equipamentos de utilização coletiva ainda persiste a necessidade de concluir a concretização de muitas ações estipuladas em 1996.

O elevado nível de execução proporcionou a Belmonte, um importante desenvolvimento, sobretudo no que se refere àquilo que pode oferecer à população residente. O investimento cultural foi notório assim como o investimento das acessibilidades. De facto, Belmonte tornou-se um concelho menos marginal, e mais central face à vida socioeconómica da sua região. O investimento nas infraestruturas básicas proporcionou o aumento da qualidade de vida e equidade social, assim como a gradual melhoria do meio ambiente.

A verificação do que se concretizou em sede do PDM vigente é um contributo importante para que se possa proceder às correções de fragilidades e às retificações de “rota” das ações que se consideravam essenciais à evolução do município.

Para além desta verificação, em sede da revisão do PDM há que propor um sistema interativo de monitorização, com implicações diretas no planeamento do território, que funcione ativamente como contributo para o PDM revisto, de modo a permitir a adaptação constante à realidade e prospetivas de Belmonte ao longo do tempo. Este processo irá gerar relações mais fortes entre os técnicos, o corpo político e os cidadãos e cidadãs.

4.2. ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA

O município de Belmonte, sabendo que o desenvolvimento de ações de reabilitação e de regeneração urbana devem constituir uma prioridade das políticas não só nacionais como locais, identificou duas áreas de reabilitação urbana de modo a combater o despovoamento dos núcleos históricos, possibilitando a definição um conjunto de intervenções e investimentos integrados que asseguram a salvaguarda do património edificado e dos espaços públicos na ótica do desenvolvimento sustentável do território.

As áreas em questão são a ARU de Belmonte e a ARU de Caria publicadas pelos Avisos n.º 15418/2017 e 15417/2017, respetivamente, ambos de 21 de dezembro.

4.3. PROGRAMAS NA ÁREA HABITACIONAL

Programa Financeiro para Recuperação do Património Habitacional - este programa que se estende a todo o Concelho, tem como fim a recuperação e reabilitação do património habitacional degradado e

que foi construído antes de 1970. As comparticipações a atribuir por cada habitação, não poderão exceder os 2.500,00€.

4.4. PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA

Nos termos do disposto nos números 1 e 2 do artigo 7.º da Portaria n.º 302/2008, de 18 de abril, a Comissão Nacional de Proteção Civil, em reunião ordinária realizada em 12 de novembro de 2012, aprovou o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Belmonte. Atualmente, encontra-se em fase de revisão, dada a sua caducidade.

4.5. PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) enquadra-se no Sistema de Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (SNDFCI), de acordo com o Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, com as suas sucessivas alterações, o qual preconiza a obrigatoriedade da elaboração de um PMDFCI pela CMDFCI de cada Município, com o apoio técnico do Gabinete Técnico Florestal (GTF). O PMDFCI, visa operacionalizar ao nível local e municipal as normas contidas na legislação de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI). O PMDFCI, é um instrumento de planeamento que se pretende dinâmico e adaptado à realidade do concelho.

O PMDFCI do Município de Belmonte, foi aprovado pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) a 14 de abril de 2015, tendo uma vigência de 5 anos contados a partir da data de aprovação. A sua vigência terminará a 14 de abril de 2019, após pedido calendarização das ações, o mesmo termina a 31 de dezembro de 2019. Contudo, encontra-se atualmente em revisão através do protocolo celebrado com a Associação de Municípios da Cova Beira.

4.6. CARTA EDUCATIVA

A Carta Educativa do Concelho de Belmonte é um instrumento de planeamento setorial, trata-se de um documento que se considera fundamental para se perceber melhor quais são as necessidades do sistema educativo para cada concelho.

A Carta Educativa de Belmonte é datada de 2007 (encontrando-se ainda em vigor) e foi aprovada em Conselho Municipal de Educação, em reunião realizada em quinze de novembro de 2007. Com respetiva aprovação em reunião do executivo de vinte e um de novembro de 2007, e posteriormente presente a Assembleia Municipal a 14 de dezembro de 2007 (aprovada por maioria). Até à data encontra-se em vigor, estando a mesma a ser analisada para atualização dos dados e constituição de grupos de trabalho, a concluir no primeiro semestre de 2020.

4.7. MAPA DE RUÍDO

O mapa de ruído do Concelho foi elaborado em 2009, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, que aprova o Regulamento Geral do Ruído (RGR). Conclui que grande maioria da área do Concelho apresenta níveis de ruído ambiente exterior baixo, e cumpre o valor regulamentar estabelecido para zonas sensíveis ($L_{den} \leq 55$ dB(A) e $L_n \leq 45$ dB(A)), mas que existem áreas onde os níveis de ruído ambiente exterior são mais elevados, associados ao tráfego viário, e algumas indústrias, excedem os valores legislados para zonas sensíveis sendo, contudo, cumpridos os valores para zonas mistas ($L_{den} \leq 65$ dB(A) e $L_n \leq 55$ dB(A)). Constatou-se que, à data, o Concelho se podia considerar com um ambiente sonoro de qualidade.

De facto, identificam-se situações pontuais, que ocorrem para o indicador *L_{den}*, em que não é cumprido o valor limite de *L_{Aeq}* definido para zonas mistas (e, consequentemente, para zonas sensíveis - tal como são definidas no n.º 1, do art.º 11 do novo RGR). Nestas circunstâncias encontram-se as áreas imediatamente adjacentes aos principais eixos rodoviários do Concelho de Belmonte, em especial ao troço da A23. Na zona envolvente das indústrias consideradas, constata-se, para o indicador *L_{den}*, que é ligeiramente excedido o valor limite de *L_{Aeq}* estabelecido para zonas sensíveis, principalmente na freguesia de Colmeal da Torre. No entanto, não deverá ser desprezada a influência que o tráfego existente nos eixos rodoviários localizados nas proximidades exerce sobre os valores obtidos. No que diz respeito à envolvente próxima dos principais eixos rodoviários, verifica-se incumprimento do valor limite estabelecido para o indicador *L_n* relativo a zonas mistas, em especial nas áreas próximas da A23.

A análise de ruído ambiente exterior nas zonas de indústrias não detetou incompatibilidade com a função habitacional envolvente pois não excede os indicadores para zonas mistas, uma vez que o período de maior ruído é o diurno e que corresponde ao período de laboração das fábricas.

5. RISCO- IDENTIFICAÇÃO E PREVENÇÃO

O sistema de prevenção de riscos é dum dos quatro vetores do modelo territorial no PNPOT, devendo os PDM's refletir seus modelos de ordenamento os riscos naturais e tecnológicos referentes à sua área de intervenção. Pretende-se assim evitar a ocupação das áreas territoriais de maior suscetibilidade.

Em matéria de ordenamento do território, importa salientar do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) a identificação e localização de riscos, fazendo uma breve abordagem para o PDM (plano de natureza estratégica) de modo a definir quais as linhas orientadoras e medidas mitigadoras a serem preconizadas na revisão do PDM.

O plano municipal de emergência e proteção civil de Belmonte analisou os seguintes riscos:

Quadro 10| Riscos do concelho de Belmonte



Quadro 11| Fatores de risco para o concelho de Belmonte (Fonte: PME 2012).

Fatores de risco	Identificação do risco
Catástrofes de origem natural	
Cheias e inundações	Cerca de 99% da área do concelho se encontra classificada na classe de risco nula, 1% está classificada na classe baixa, e corresponde às margens de toda a extensão do rio Zêzere no concelho. Podendo ser afetadas infraestrutura e a população local.
Deslizamento de terras	As áreas de risco de deslizamento de terras na classe de risco baixa representam cerca de 84% da área total do concelho e a classe de risco moderada representa cerca de 15%, concentrando-se essencialmente na envolvência das sedes de freguesia, e outras povoações como Trigais, Malpique e Monte do Bispo. A classe de risco elevada apresenta valores residuais inferiores a 1%, e abrange pequenas zonas a Este e Oeste de Belmonte (sede de concelho), zona a Norte da povoação de Colmeal da Torre, e um pequeno troço da rede ferroviária na freguesia de Maçainhas.
Incêndios florestais	As prioridades de defesa compreendem as áreas classificadas como tendo risco alto ou como tendo risco muito alto, que no caso do concelho de Belmonte, se cingem principais núcleos urbanos e alguns núcleos populacionais, nomeadamente Belmonte (vila), Colmeal da Torre, Maçainhas, Caria, Malpique, Monte do Bispo, Inguias, Quinta Cimeira, Olas e Carvalhal Formoso.
Terramotos/Sismos	A área do Concelho está incluída na Zona C, zona <u>de risco sísmico intermédio</u> (coeficiente de sismicidade, igual a 0.5). A classe de risco elevada apresenta um valor residual de 1% da área do concelho, concentrando-se sobretudo na zona urbana de Belmonte e ao longo do troço da rede ferroviária a norte da freguesia de Maçainhas até à povoação de Bravo.
Ventos fortes, tornados e ciclones violentos	A classe de risco do concelho de Belmonte no que se refere a tornados e ciclones violentos é média.
Secas	O risco associado à ocorrência de situações de seca no concelho de Belmonte é médio. No entanto, chama-se a atenção para o facto de se ter considerado apenas a probabilidade de situações de seca que condicionem o abastecimento humano, o que favorece uma

Fatores de risco	Identificação do risco
	diminuição do valor estimado do risco e, em sentido contrário, se ter usado, na ausência de dados que permitam estimar com maior rigor os danos associados à ocorrência de secas, a classe média de dano.
Ondas de calor	A classe de risco do concelho de Belmonte no que se refere a ondas de calor é média para as freguesias de Maçainhas colmeal da Torre e Inguias e alta para as freguesias de Belmonte e Caria.
Vagas de frio	A classe de risco do concelho de Belmonte no que se refere a vagas de frio é média para as freguesias de Maçainhas colmeal da Torre e Inguias e alta para as freguesias de Belmonte e Caria.
Nevões	Cerca de 13% da área do concelho foi classificada como pertencente à classe de risco baixa. A classe de risco moderada representa cerca de 1% da área do concelho, sendo que as zonas em causa se encontram distribuídas em pequenas zonas a Norte das freguesias de Maçainhas e Colmeal da Torre, na Serra da Esperança e na zona correspondente à faixa Sudeste da freguesia de Caria. A classe de suscetibilidade nula abrange cerca de 86% da área do concelho, e encontra-se distribuída de forma homogénea.
Catástrofes provocadas pelo homem	
Incêndios urbanos	A classe de risco do concelho de Belmonte no que se refere a incêndios urbanos é média para o aglomerado de Caria e baixa para os restantes aglomerados.
Colapso/ estragos avultados em edifícios	A classe de risco do concelho de Belmonte no que se refere a Colapso/ estragos avultados em edifícios é alta para as freguesias de Belmonte e Caria e média para as restantes freguesias.
Acidentes industriais	Cerca de 4% da área do concelho encontra-se classificada na classe de risco moderada e 1% na classe de risco elevada.
Acidentes em infraestruturas hidráulicas	O risco de ruturas em condutas de transporte de água, o baixo risco em infraestruturas de contenção de grandes massas de água é nulo.
Acidentes rodoviários	O risco é médio em todas as vias do concelho com maior incidência na A23, EN18 e EM345.

Fatores de risco	Identificação do risco
Acidentes ferroviários	Não se aplica a linha está desativada.
Acidentes de tráfego aéreo	O risco relativo a acidentes de tráfego aéreo é medio em todo o concelho.
Transporte de mercadorias perigosas	Considera-se que o risco de acidentes no transporte ferroviário de mercadorias perigosas no concelho de Belmonte é nulo.
Concentrações humanas	A classe de probabilidade de ocorrência de episódios críticos de concentrações humanas na ótica da proteção civil é baixa (período de retorno entre 50 e 200 anos).
Terrorismo	Considera-se que o risco de terrorismo no concelho de Belmonte é baixo.
Contaminação da rede pública de abastecimento de água	A classe de risco do concelho de Belmonte é baixa para as freguesias de Maçainhas colmeal da Torre e Inguias e média para as freguesias de Belmonte e Caria.

Estes fatores de risco ficam salvaguardados na proposta de ordenamento para o município em que a própria classificação e qualificação do solo tem as medidas mitigadoras em conta.

6. A ARTICULAÇÃO DO PDM E OUTROS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

6.1. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

O Quadro de Referência Estratégico (QRE) identifica as macroorientações de política nacional e os objetivos de longo prazo estabelecidos em matéria de ambiente e sustentabilidade.

O PDM é um instrumento fundamental para a aplicação das estratégias definidas a nível regional e nacional ao nível local, por isso deve articular-se com os planos de diversas áreas, consubstanciando estratégias efetivas de uso e transformação do solo à escala municipal.

A filosofia subjacente a estes instrumentos assenta no reconhecimento de que os objetivos económicos, sociais e ambientais podem reforçar-se mutuamente, avançando metodologicamente num conjunto.

Considera-se ainda a convergência destes planos e estratégias no sentido do desenvolvimento sustentável e macroorientações de conformidade do plano.

Quadro 12| Listagem de instrumentos de ordem superior com incidência no concelho

ÂMBITO	DESIGNAÇÃO DO INSTRUMENTO	
Âmbito Nacional	PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
	ENDS	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
	PNAC 2020/30	Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030
	PENDR	Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural
	PNA	Plano Nacional da Água
	PNDFCI	Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
	ET27	Estratégia Turismo 2027
	PNTN	Programa Nacional de Turismo de Natureza
	PRN2000	Plano Rodoviário Nacional
	ENCNB	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
	ENF	Estratégia Nacional para a Floresta
	PNAC	Programa Nacional para as Alterações Climáticas
	PNUEA	Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água
	PERSU 2020	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2020
	PEAASAR 2020	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020
	ENE 2020	Estratégia Nacional para a Energia 2020
	ENEAPAI	Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais
	PNAAS	Plano Nacional de Ação, Ambiente e Saúde
	PGBHT	Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Tejo
	PEH	Plano Estratégico da Habitação
PANCD	Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação	
Âmbito Regional	PROTC	Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (não eficaz)
	PROFBIN	Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte

Proposta Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C)

Este Plano encontra-se na fase final da sua elaboração ("A proposta de plano foi, para efeitos do artigo 59.º do Regime Jurídico dos instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), enviado por esta CCDR à Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades."⁵).

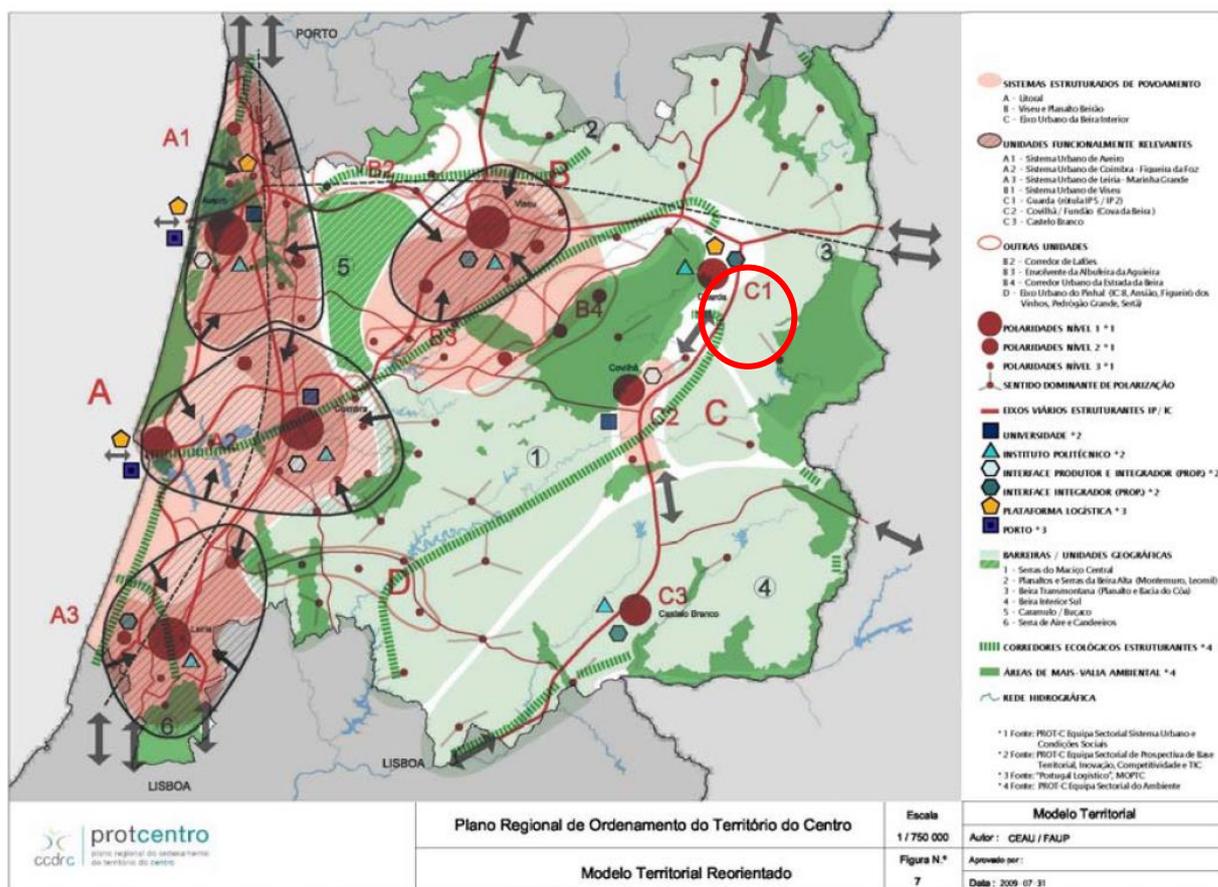


Figura 10| Proposta do PROT-C - Modelo Territorial (Fonte: PROT-C, maio 2011).

"O sub-sistema urbano da Beira Interior desenvolve-se ao longo da IP2/A23 e abrange Guarda, Belmonte, Covilhã- Fundão e Castelo Branco. É constituído por núcleos que distam entre si apenas alguns minutos e polarizam as áreas envolventes de baixa densidade. Este eixo é profundamente marcado por atividades industriais tradicionais, como o têxtil e os laticínios, embora apresente atualmente uma estrutura funcional diversificada, com especial relevância para a vocação turística

⁵ https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=156&Itemid=230&lang=pt

ligada sobretudo ao sistema montanhoso Serra da Estrela - Serra da Gardunha e aos valores patrimoniais existentes. Guarda e Castelo Branco sobressaem pelas funções administrativas, Covilhã pelos serviços do conhecimento ligados à oferta de ensino universitário, Fundão pela produção local de excelência como a cereja e **Belmonte com uma forte presença da indústria têxtil**. A cidade da Guarda, com a sua posição de charneira entre duas importantes vias (IP2/A23 e IP5/A25), a que acresce a linha ferroviária e a futura plataforma logística, tem um importante papel de ligação entre o Litoral e o resto da Europa, muito especialmente com Espanha.”⁶

As diretivas ao nível do ordenamento do território são as mais variadas e apresentam-se de seguida as que são mais específicas para a zona (Cova da Beira, onde se insere Belmonte):

Quadro 13| Programa de execução previsto no PROT C – Ações previstas para a Cova da Beira

PROGRAMA DE EXECUÇÃO PREVISTO NO PROT-C⁷ – Ações previstas para a Cova da Beira		
SETOR	DESIGNAÇÃO DA MEDIDA/PROJECTO/AÇÃO	DESCRIÇÃO DA PROJETO/MEDIDA
Rede para a criação e transferência de conhecimento e tecnologia	Rede de conhecimento e Tecnologia (RCT)	Rede de Parques de Conhecimento e Tecnologia (PCT) que tem como vocação principal a I&D, a transferência de tecnologia e inovação, etc. e que deverão ser desenvolvidos a partir do potencial de I&D de cada uma das universidades da região e assumir-se como polos de amarração dos <i>clusters</i> existentes -3.
		Rede integrada de incubação de ideias e empresa e empresa, considerando a incubação (até 4 anos) e aceleração de empresas (até 8 anos).
Ações Piloto para o Desenvolvimento infraestrutural e da capacidade de uso das TIC	Centro de utilização inovadora de TIC _ CITIC	Constituição de um centro de investigação, num dos PCT, em articulação com a rede de PCT, e com ligação específica a uma das ZAES localizada em zona de baixa densidade. Desenvolvimento de projetos experimentais em necessidades específicas das zonas de baixa densidade.
	Sistema de otimização dos recursos de transporte _ SORT	Desenvolvimento de um projeto-piloto para uso das TIC para monitorizar e otimizar os serviços de transporte em zonas de baixa densidade.
Regadios	Desenvolvimento do Regadio	Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira

⁶ PROT Centro, Maio 2011.

⁷ Documento datado de Maio 2011.

PROGRAMA DE EXECUÇÃO PREVISTO NO PROT-C⁷ – Ações previstas para a Cova da Beira		
SETOR	DESIGNAÇÃO DA MEDIDA/PROJECTO/AÇÃO	DESCRIÇÃO DA PROJETO/MEDIDA
Saúde e Bem-estar	Valorização e requalificação dos complexos termais e zonas envolventes e dos conjuntos urbanos onde se inserem	Criação de valências tecnologicamente inovadoras que permitam o desenvolvimento do potencial termal. Reabilitação dos complexos termais e requalificação urbanística, paisagística e ambiental das zonas envolventes e dos respetivos aglomerados urbanos.
Rotas de interesse Turístico	Desenvolvimento dos percursos de Arte Rupestre de Foz Côa ao Médio Tejo	Valorização e requalificação de sítios arqueológicos. Articulação e promoção conjunta dos diferentes percursos (Vale do Côa, Tejo Superior e Internacional, Serra da Gardunha).
	Consolidar a Rota das Aldeias Históricas	Valorizar e monitorizar a consolidação e sustentabilidade das aldeias.
	Desenvolver e consolidar a Rota das Aldeias de Xisto	Valorizar e monitorizar a consolidação e sustentabilidade das aldeias.
Turismo em espaço rural e de natureza	BuY NATURE - Turismo sustentável em áreas classificadas	Valorização sustentada dos recursos específicos das áreas Classificadas do Interior.
Infraestruturas Rodoviárias	Corredores de articulação Intra regional	IC 34 – V.N. Foz Côa (IP 2)/Barca d´Alva, IC6- /Tábua/Oliveira do Hospital (IC7)/Covilhã (A23/IP2) IC7/ - Oliveira do Hospital (IC6)/Fornos de Algodres (A25/IP5) IC37 Viseu (IP5/A25)/Seia (IC7)
Qualidade do ar	Observação do limite máximo para a concentração de radão em edifícios de elevada concentração populacional.	Análise da qualidade de ar no interior das construções hospitalares e de saúde, escolares, de reclusão, de gestão de emergência e socorro, ou outros edifícios públicos.
	Identificação das áreas com elevada radioatividade natural	Elaboração de estudos e de cartografia para a delimitação, em sede de PMOT, das áreas com elevada radioatividade natural.

Na generalidade as diretrizes da proposta de PROT-C encontram-se refletidas nas propostas apresentadas, sendo que o princípio fundamental de equilíbrio municipal foi sempre salvaguardado.

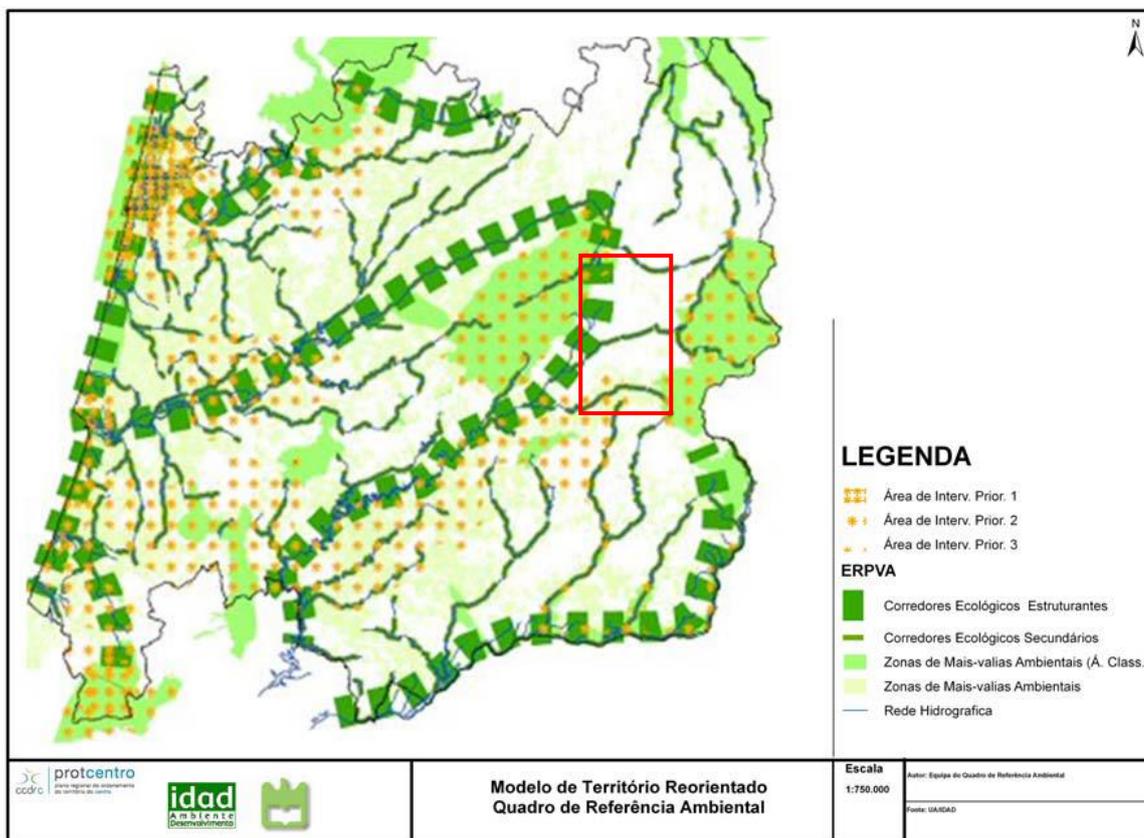


Figura 11| Sistema ambiental previsto pelo PROT-C (Fonte: PROT-C, maio 2011).

Ao nível do sistema ambiental, o município insere-se na Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), tendo sido amplamente considerado nas presentes propostas.

6.2. PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DA BEIRA INTERIOR NORTE

O Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte (PROFBIN), eficaz pelo Decreto Regional n.º 12/2006, de 24 de julho, suspenso em 07.02.2011 e pelo prazo de dois anos, a aplicação dos artigos 40º e 42º a 46º do regulamento anexo ao presente diploma, pela PORT.62/2011.02.02.2011.MADRP, DR.IS [23] de 02.02.2011, e depois em 07.02.2013 e também pelo prazo máximo de dois anos, a aplicação dos artigos 40º e 42º a 46º do regulamento, pela PORT.78/2013.19.02.2013.MAMAOT, DR.IS [35] de 19.02.2013. A 21 de janeiro de 2019, no Decreto Lei n.º 11/2019 é clarificado que o PROFBIN será revogado a entrada em vigor das portarias previstas no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro. Portarias estas que ainda não entraram em vigor.

O PROFBIN é um instrumento setorial de gestão territorial que surge na sequência da Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º 33/96, de 17 de agosto). Este plano contribui com informação e diretrizes do setor no que respeita à ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais para a região em questão, e abrange os territórios coincidentes com o limite da NUT III – Beira Interior Norte, onde se insere o município de Belmonte na sua totalidade. O Despacho n.º 782/2014, de 17 de janeiro procede à alteração da área territorial de todos os PROF em vigor. Assim o plano regional de ordenamento florestal que abrange o município de Belmonte abrange também os municípios integrados na NUT III da Beira Interior Sul e Serra da Estrela, denominado PROF do Centro Interior.

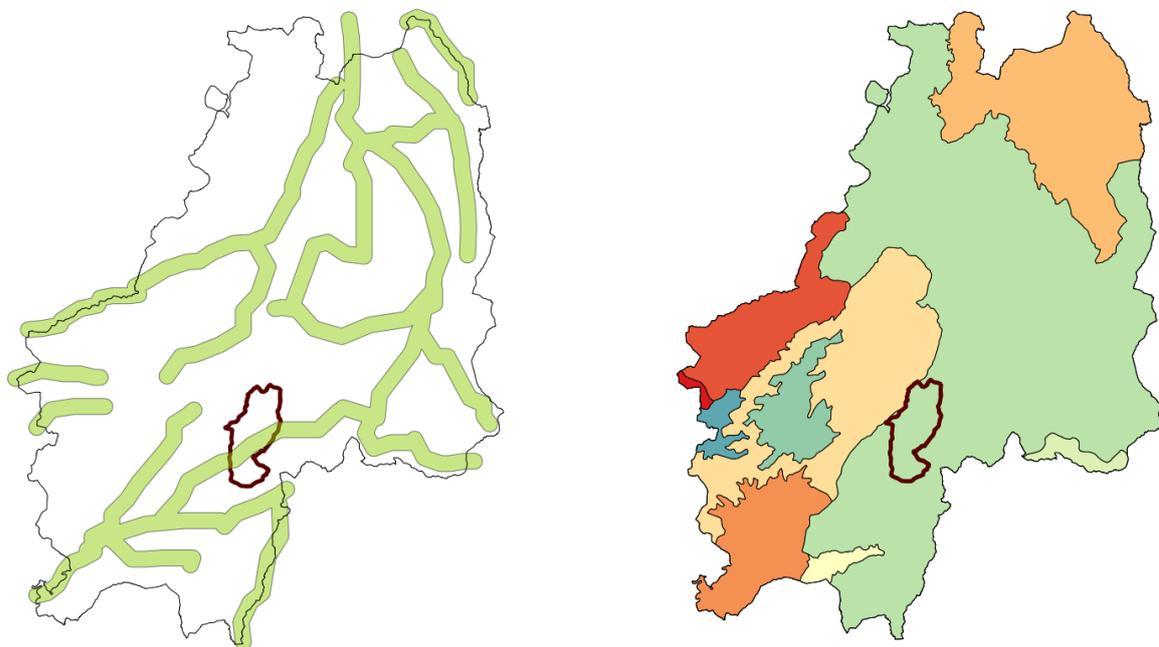


Figura 12| O concelho de Belmonte no PROF BIN – Corredores ecológicos, Sub-regiões homogéneas (Fonte: PROFBIN, 2014).

Este define apenas uma Sub-Região Homogénea, a “Raia Norte” para todo o concelho. Esta sub-região é uma unidade territorial “...com um elevado grau de homogeneidade relativamente ao perfil das funções dos espaços florestais e às características, possibilitando a definição territorial de objetivos de utilização, como resultado da otimização combinada de três funções principais.”⁸

⁸ In, PROFBIN, Decreto regulamentar n.º 12/2006 de 24 de julho, Art. 4º, alínea cc).

Quadro 14| Sub-região e hierarquização de funções no Concelho de Belmonte (PROFBIN, 2011).

SUBREGIÃO/FUNÇÃO	RAIA NORTE	CLASSE DE POTENCIALIDADE
1ª Função	Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores	Sem especial relevância
2ª Função	Proteção	Sem especial relevância
3ª Função	Produção	Sem especial relevância

A cada função foi atribuída objetivos de gestão e intervenções florestais que estão contemplados no ordenamento. Para a prossecução das funções de cada sub-região homogénea foram estabelecidos objetivos específicos para cada unidade e respetivos modelos de silvicultura a seguir. A sub-região da Raia Norte apresenta os seguintes objetivos específicos:

Quadro 15| Objetivos específicos da silvicultura

OBJETIVOS		ENQUADRAMENTO NO PDM	
		REGULAMENTO	ORDENAMENTO /CONDICIONANTES
Desenvolver a atividade silvopastoril	Aumentar o nível de gestão de recursos silvopastoris e o conhecimento sobre a atividade silvo-pastoril.	--	--
	Integrar totalmente a atividade silvopastoril na cadeia de produção de produtos certificados.	--	--
Aumentar a atividade associada à caça	Conhecimento do potencial cinegético da região.	--	--
	O número de áreas com gestão efetiva e a rendibilidade da atividade cinegética e manter a integridade genética das espécies cinegéticas.	x	x
	O nível de formação dos responsáveis pela gestão de zonas de caça.	--	--
Desenvolver a prática da pesca nas águas interiores	Identificar as zonas com bom potencial para o desenvolvimento da atividade da pesca e desenvolver o ordenamento dos recursos piscícolas.	x	x
	Dotar todas as zonas prioritárias para a pesca identificadas no inventário com infraestruturas de apoio (por exemplo: acessos e pontos de pesca) e criar zonas concessionadas para a pesca.	x	x
Recuperar áreas em situação de risco de erosão alto para médio e as de médio para baixo.		x	--

OBJETIVOS	ENQUADRAMENTO NO PDM	
	REGULAMENTO	ORDENAMENTO /CONDICIONANTES
Ocupar a totalidade dos espaços florestais arborizados com espécies que apresentem bom potencial produtivo.	x	--

Deverão também ser privilegiadas as seguintes espécies: Amieiro (*Alnus glutinosa*), Azinheira (*Quercus rotundifolia*), Carrasco (*Quercus coccifera*), Cipreste comum (*Cupressus sempervirens*), Cipreste-de-Lawson (*Chamaecyparis lawsoniana*), Cipreste-do-buçaco (*Cupressus lusitanica*), Freixo (*Fraxinus angustifolia*), Medronheiro (*Arbutus unedo*), Salgueiro (*Salix alba*), Tília (*Tilia platyphyllos*) e Plátano (*Platanus hispanico*), sem prejuízo de espécies florestais constantes em legislação específica ou outras espécies florestais bem adaptadas às condições edafo-climáticas.

Como se pode constatar no Mapa Síntese do PROFBIN, para além das sub-regiões anteriormente descritas são ainda identificadas figuras específicas da floresta:

- Corredor Ecológico - acompanha a Ribeira de Inguias e Ribeira de Caria;
- Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível (acompanha o limite sul do concelho).

O Corredor Ecológico será integrado na Estrutura Ecológica Municipal, as redes primárias de faixas de gestão de combustível serão integradas na planta de condicionantes uma vez que constituem uma servidão administrativa, nos termos da legislação vigente, assim como os postos de vigia da rede primária (existe apenas um no concelho).

Os corredores ecológicos, segundo o art.10º do plano, “contribuem para a formação de metapopulações de comunidades da fauna e da flora, tendo como objetivo conectar populações, núcleos ou elementos isolados, e integram os principais eixos de conexão”. A estes corredores devem ser aplicadas as normas de proteção e de conservação, nomeadamente a subfunção de proteção da rede hidrográfica e a subfunção de conservação dos recursos genéticos. Devem também contribuir para a definição da estrutura ecológica municipal no âmbito dos PMOT’s. Na definição da estrutura ecológica municipal de Belmonte, será tido em conta a delimitação dos corredores ecológicos. O corredor ecológico será delimitado na planta de ordenamento.

O PROFBIN considera ainda, nos termos do n.º 4 do seu art.37º, como espaços prioritários para a instalação de Zona de Intervenção Florestal (ZIF) nas freguesias de Maçainhas, ex-freguesia de Colmeal da Torre, Caria e Inguias. No entanto atualmente não existem ZIF’s delimitadas no concelho.

